

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

ALBERTO BORGES

A IGREJA CATOLICA EM SÃO PAULO NO
PERIODO DA DITADURA MILITAR

SÃO PAULO

2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

ALBERTO BORGES

A IGREJA CATOLICA EM SÃO PAULO
NO PERIODO DA DITADURA MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
avaliação de graduação em Teologia, período
noturno, da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo PUC-SP, para obtenção do Título de
Bacharel em Teologia, orientado pelo prof. Dr. Pe.
Ney de Souza

SÃO PAULO
2018

ALBERTO BORGES

A IGREJA CATOLICA EM SÃO PAULO NO PERIODO DA DITADURA MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
avaliação de graduação em Teologia, período
noturno, da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo PUC-SP, para obtenção do Título de
Bacharel em Teologia, orientado pelo prof. Dr. Pe.
Ney de Souza

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pe. Ney de Souza

Prof(a).

São Paulo, 01 de junho de 2018

*Dedico este trabalho a minha esposa
Leonor Carvalho Borges, com quem amo
partilhar minha vida. Com você meu anjo,
tenho me sentido mais vivo de verdade.
Obrigado pelo carinho, a paciência e por
sua capacidade de me trazer paz na
correria de cada semestre.*

AGRADECIMENTOS

Esta fase da minha vida é muito especial, e não posso deixar de agradecer a Deus, por toda força, ânimo e coragem que me ofereceu, para ter alcançado minha meta.

A minha esposa, meus filhos e noras, que não mediram esforços para me ajudar nessa etapa tão importante da minha vida.

À Universidade quero deixar uma palavra de gratidão por ter me recebido de braços abertos e com todas as condições que me proporcionaram dias de aprendizagem muito ricos.

Aos professores reconheço um esforço gigante com muita paciência e sabedoria. Foram eles que me deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais todos os dias.

Ao amigo é professor William Del Vecchio, pela paciência na correção deste trabalho. Agradeço ao meu professor orientador Dr. Pe. Ney de Souza que teve paciência, e que me ajudou bastante a concluir este trabalho.

Dedico aos amigos (a) da paróquia Nossa Senhora Aparecida do Jardim São Paulo, que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo a vida valer a pena.

É claro que não posso esquecer-me da minha família, porque foram eles que me incentivaram e inspiraram através de gestos e palavras a superar todas as dificuldades. Agradeço muito ao meu pároco Pe. Antônio Moura (Padre Toninho), que sabendo dos meus compromissos na faculdade e no Diaconato, me liberou de várias atividades na paróquia.

A todas as pessoas que de uma alguma forma me ajudaram a acreditar em mim, eu quero deixar um agradecimento eterno, porque sem elas não teria sido possível

RESUMO

Este trabalho apresenta como objetivo, o estudo analítico e interpretativo, sobre o discurso-memória do clero da Igreja Católica na Região Metropolitana de São Paulo, referente ao período político do Regime Militar, no Brasil de 1964 a 1985. Nos estudos e pesquisas, ficou constatado que o discurso da Igreja Católica, no âmbito nacional, não é uníssono em relação a esse período político da história brasileira, e diversas matrizes influenciaram as ações dos Bispos Paulistanos na Ditadura Militar. Nesse período, combinaram-se várias situações como desafio, tanto para a Igreja Católica em São Paulo, como para a sociedade civil: o crescimento desordenado da cidade, acarretando problemas sociais e econômicos; a ditadura militar, com a consequente perseguição e prisão de militantes de esquerda e de oposição em geral, religiosos e religiosas, bem como com a censura aos meios de comunicação; e a efetivação da ação evangelizadora da Igreja na cidade, à luz do Concílio Vaticano II, e da conferência episcopal latino-americana de Medellín. Durante esse período, contemplando o estudo das relações entre o campo político e o campo religioso, destacamos a situação vigente no país, e o importante papel da Igreja Católica no processo de abertura do regime político, com ações fundamentais na defesa dos oprimidos.

Palavras Chaves:

Ditadura Militar, Igreja Católica, Tortura, Golpe, Bispo, São Paulo, Vaticano II, Medellín.

ABSTRACT

This essay has as objective the analytical and interpretive study, about the speech and works of the clergy of the Roman Catholic Church in São Paulo's metropolitan region, during the period of the Military Regime in Brazil from 1964 to 1985. In this research, it was found that the voice of the Catholic Church, in national level, it is not uniform when it comes to this period of the Brazilian history, with many different backgrounds influencing São Paulo-based bishops' during the Military Dictatorship. In this period, several situations combined into themselves, as a challenge, both to the Catholic Church in São Paulo and to the civil society: the disorderly growth of the city causing social and economic problems; the military dictatorship, with the consequent persecution and arrest of the leftists and any opposite flow including religious men and women, as well as the strict implementation of censorship to the means of communication; to the Church's evangelization works in the city in light of the II Vatican Council and the Latin American Episcopal Conference of Medellín. During this period, by contemplating the relations between politics and religious fields, I highlighted the situation of the country in that moment and the important role of the Catholic Church in the process of overcoming the political regime, with paramount actions in defense of the oppressed.

Keywords:

Military Dictatorship, Catholic Church, Torture, Coup d'Etat, Bishop, São Paulo, II Vatican, Medellín.

“A função da oração não é influenciar Deus, mas especialmente mudar a natureza daquele que ora”.

Soren Kierkegaard

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - Contexto Histórico da Igreja Católica e a Política no Brasil.	12
Introdução do capítulo	12
1-1 Relação entre a Igreja Católica no Brasil e sua influência.	13
1-2 Igreja Matriz em São Paulo.	15
1-3 Reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado	18
1-4 Condições política e econômica antes da Ditadura Militar no País.	20
1-5 Golpe Militar	23
1-6. As ações Pastorais Catolica no Brasil.....	27
Conclusão do capítulo.....	29
CAPÍTULO II– A Repressão de um novo Governo.	30
Introdução do capítulo	30
2-1 A ditadura militar e a Censura.....	30
2-2 A ditadura militar e a censura a “Radio Nove de Julho”.....	31
2-3 A ditadura militar e a censura ao jornal "O São Paulo"	33
2-4 A ditadura militar e as Torturas.....	35
2-5 Invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1977	42
2.6 A luta dos Direitos Humanos contra a Ditadura	43
2.7 Concílios Vaticano II, Medellín: novas perspectivas	46
Conclusão do capítulo.....	48
CAPÍTULO III–Os bispos em São Paulo no período de 1965 a 1985	49
Introdução do capítulo.	49
3-1 A Modernidade Católica: O Vaticano II (1962-1965) e os Ensinamentos Sociais de João XXIII e Paulo VI na Abertura ao Mundo Moderno.....	49
3-2 O nascimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).....	51
3-3A arquidiocese de São Paulo, no período de Dom Agnelo Rossi (1964-1970).....	52

3-4 Despedida do Cardeal Rossi.....	55
3-5 A arquidiocese de São Paulo, no período de Dom Frei Paulo Evaristo Arns (1970-1998)	56
3-6 As Missões do Povo de Deus.....	59
3-7 A Comissão Justiça e Paz de São Paulo	60
3-8 Origem e desenvolvimento de três Pastorais Sociais.	61
3-9 A divisão da Arquidiocese de São Paulo.....	62
3-10 Em favor da Teologia de Libertação	63
3-11 A pessoa de Dom Paulo Evaristo Arns.....	64
Conclusão do capítulo.....	65
CONCLUSÃO FINAL.....	66
REFERÊNCIAS.....	67
LIVROS	67
SITES.....	68

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil viveu sob o comando de um regime militar. Nesse período de ditadura, muitas manifestações culturais, políticas, sociais e religiosas foram vetadas pela censura instalada no país.

Este é o período de vigência do regime militar, representou um dos momentos mais dramáticos da história em São Paulo e no país no que se refere ao desrespeito e à violência contra os direitos do cidadão, a tortura, empregada pelos órgãos policiais contra os cidadãos comuns para extrair confissões de suspeitos, tornou-se uma política de Estado contra os envolvidos em tais atividades políticas de oposição à ditadura.

Foi nesta conjuntura que a Igreja Católica assumiu um papel de destaque na luta contra a repressão e a tortura e na defesa dos direitos humanos, transformando-se na mais importante instituição de oposição à ditadura militar.

Foi comprovado o importante papel exercido por parte do clero da Arquidiocese de São Paulo durante o período de ditadura militar no Brasil, demonstrando não só o empenho na defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948), e na luta pela redemocratização da sociedade brasileira.

O trabalho também almejou destacar o importante papel do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns durante o turbulento período de ditadura militar vigente no Brasil, destacando as torturas, perseguições políticas, censura prévia, extinção dos direitos democráticos e dos direitos de associação.

CAPÍTULO I - Contexto Histórico da Igreja Católica e a Política no Brasil.

Introdução do capítulo

Este texto analisa alguns dos componentes políticos da atuação da Igreja Uma, Santa, católica e Apostólica, doravante aqui chamada de Igreja, diante do Estado e da realidade social, econômica, política do país.

As análises de conjuntura refletem, também, a autoconsciência histórica da Igreja no Brasil. A legitimidade religiosa e política da Igreja no Brasil é o resultado de um longo processo, que acompanha a própria história do Brasil, desde 1500.

O poder estabelecido, no período colonial, promoveu um modelo de Catolicismo, conhecido como Cristandade. Nele, a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural.

A origem da Catedral remete ao ano de 1589. Na época, decidiu-se que uma igreja matriz precisava ser edificada em São Paulo de Piratininga, uma pequena Vila da cidade.

Falaremos também da política econômica e social nos períodos de 1950 a 1985, E a aproximação da Igreja e do Estado, com ênfase em ações pastorais e também na CNBB.

1-1 Relação entre a Igreja Católica no Brasil e sua influência.

No território sobre o qual o Brasil veio a ser construído, a Igreja esteve presente desde a chegada dos portugueses. Os caminhos percorridos pela Igreja são indissociáveis da formação do Estado brasileiro. Isso significa que é fundamental considerar sua importância para se compreender o Brasil. Até o fim do século XIX, a instituição sequer existia como entidade autônoma, vivia sobre o regime do padroado¹.

A chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil em 1549, quando, liderados por Manoel da Nóbrega. Os jesuítas estiveram envolvidos com a pacificação dos índios, o que os colocou, muitas vezes, em confronto direto com os colonos, que viam o índio como mão-de-obra abundante. Voltados para a educação e a catequese, os inicianos² fundaram os primeiros colégios do Brasil: em Salvador, colégio dos Meninos de Jesus, em São Vicente em 1554, no planalto de Piratininga, formaram vilas e cidades, sendo o caso mais célebre a cidade de São Paulo.

A Companhia de Jesus tornou-se o principal organismo da Contrarreforma no Brasil, sendo favorável a inquisição e às normas restritivas ditadas pelo Concílio de Trento (1545 – 1563), lutando contra os avanços do humanismo renascentista. Por outro lado, são graças em boa parte a documentos jesuítas, que conseguimos remontar a história do Brasil colônia.

O bom relacionamento entre a Igreja Romana e o Estado Brasileiro sofreu mudanças a partir da chamada, Questão Religiosa (1870-1875). Em 1871, o Vaticano impôs regras rígidas de doutrina e de culto e condenou as sociedades secretas. Os bispos brasileiros, acatando as novas diretrizes, determinaram a expulsão dos maçons das irmandades católicas e passaram a exigir mais disciplina moral e canônica do clero. O anúncio acabou atingindo diretamente Dom Pedro II, que integrava os quadros da instituição censurada. Vários políticos influentes no Império pertenciam à maçonaria. Se a maçonaria tinha poder político, mas a Igreja tinha autoridade e presença religiosa, fortalecidas pela condição privilegiada do catolicismo como religião oficial do Império.

¹Delegação de poderes concedida pelos papas - através de bulas - aos reis de Portugal, através da qual o rei passa a ser o patrono e protetor da Igreja, dispondo de obrigações e direitos, tais como: a) zelar e sustentar a igreja em terras de domínio lusitano; b) enviar missionários para as terras descobertas; c) arrecadar dízimos; d) apresentar candidatos aos cargos eclesiásticos, especialmente os bispos, exercendo, assim, poder político sobre os mesmos.

²Relaciona-se com os jesuítas, com a Companhia de Jesus, ordem religiosa criada por Santo Inácio de Loyola (1491-1556): espiritualidade inaciana

Com a proclamação da República, ocorreu a separação entre a Igreja e o Estado e o fim efetivo do sistema do padroado. Como consequência, a Igreja viu-se obrigada a se reestruturar e a redirecionar suas práticas para uma nova identidade institucional. Talvez a Igreja não tivesse uma clareza de idéias sobre a situação, e no momento inicial não foi elaborado em projeto de ação com relação ao futuro. Foram muitas as queixas pelas perdas sofridas, mas pouca ação, apesar de um documento do episcopado nacional retratar bem a situação deste período. Era a Pastoral Coletiva de 1890³.

Aconteceram algumas mudanças imediatas na realidade eclesial vindas com o decreto 119 e a de 1890 e com a Constituição Republicana:

- A) O Estado, não mais poderia interferir em matéria religiosa e não mais poderia favorecer a diferença entre grupos e pessoas, por motivos de crença, religião ou opinião filosófica.
- B) A liberdade de culto foi estabelecida e acabou extinto o padroado em todas as suas instituições, prerrogativas e recursos.
- C) A Igreja adquiriu personalidade jurídica para adquirir e administrar bens. Isto valia também para as outras religiões.
- D) tinha assegurada a continuidade da sustentação dos ministros do culto católico e permitiu aos estados manterem os futuros ministros deste ou daquele culto⁴.

Toda a liberdade de ação conseguida viria contribuir no processo de revigoramento do catolicismo, inaugurando um período de reflorescimento da Igreja, inclusive com reflexos no campo social e no modo de pensar.

[...] é difícil ter uma consciência clara e definida num contexto de perda de identidade, e esta era a situação da religião no Brasil no início do século XIX. O padroado esvaziava de tal forma a função episcopal que os bispos não chegavam a constituir um centro de unidade. O episcopado continuava pouco numeroso [...] e sua influência não era significativa: a maior parte das funções do episcopado era exercida pela instituição leiga do padroado [...] O relacionamento dos fiéis com os pastores reduzia-se a ocasiões

³<https://www.slideshare.net/VanildoZugno/pastoral-coletiva-de-1890>. Acesso em 05 de Janeiro de 2018,19:hs

⁴<http://www.a12.com/redacaoa12/historia-da-igreja/33-paginas-de-historia-da-igreja>. Acesso em 05 de Janeiro de 2018,19:30hs

especiais, geralmente no tumultuo das grandes festas. Pode-se dizer que a Igreja era, no Brasil, uma organização de leigos [...] bispos e padres eram representantes de uma religião de Estado [...] a novidade da presença no país do representante do papa, os núncios apostólicos. Inútil esperar deles qualquer influência, ou mesmo uma boa análise da situação religiosa no Brasil⁵

Com a constituição republicana de 1891 a liberdade de culto se instaurou no país e a Igreja começou a aprender a conviver com a liberdade de ação. O preço da liberdade era pesado, mas a Igreja precisava se servir dela para ser mais lúcida em sua missão evangelizadora. A Província e arquidiocese de São Paulo foram criada em 1908, e sua catedral teve início em 1913. Na república atuará o primeiro arcebispo, D. Duarte que, até o momento teve o bispado mais longo na arquidiocese: 31 anos.

1-2 Igreja Matriz em São Paulo.

A história da cidade de São Paulo ocorre junto à história do Brasil, ao longo de aproximadamente 464 anos de sua existência. São Paulo surgiu como missão jesuítica, em 25 de janeiro de 1554, com o tempo, o povoado acabou caracterizando-se como entreposto comercial e de serviços de relativa importância regional. São Paulo destacou-se em diversos momentos como cenário de variados e importantes momentos de ruptura na história do país⁶. Em fevereiro de 1588, começou-se a pensar na construção na Vila de São Paulo de uma Igreja matriz.

À vila já Contavam com 150 moradores e eles estavam ansiosos para ter uma igreja e um vigário para administrar os sacramentos, mas um morador de Santos, Estevão Raposo apresentou instrumentos jurídicos que comprometeram a Vila de São Paulo, acusando de ser um Rochela⁷, pois São Paulo estava parecendo uma cidade sem dono, os moradores não se respeitavam, nas ruas circulavam todos os tipos de animais sem a preocupação de seus devidos donos, somente em 1591 chegou a São Paulo o Vigário de Santos o padre José Rodrigues acompanhado de Lourenço Dias o primeiro

⁵BEOZZO, José Oscar (Coord.). *História geral da Igreja na América Latina: História da Igreja no Brasil*. V. 2,2: Segunda Época – Século XIX. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 13-15.

⁶<https://historiadesaopaulo.wordpress.com/fundacao-da-cidade-de-sao-paulo/> Acesso em 06 de Janeiro de 2018,18:30hs

⁷ A Vila era uma "Rochela" (uma clara alusão a La Rochelle, a cidade protestante que por um longo tempo resistiu aos ataques das tropas do próprio rei católico da França)... "O Dicionário dos Venezolanismos indica alguns significados como: Ameaça, risada, barulho, brincadeira, brincadeira, relacionamento amoroso.

Vigário da Vila de São Paulo, mas nessa época havia um conflito muito forte com os índios e com isso a construção da igreja ficou para depois. Em 1594 o Vigário, vendo que a matriz não seria construída a cônica⁸ do vigário também não estavam sendo pago resolveu sair da Vila de São Paulo, não voltou mais. Finalmente em maio de 1598 a matriz da Vila de São Paulo começou a ser construída.

Em 1599, a câmara de São Paulo, reuniu-se para a questão de um novo vigário, e assim veio para a Vila de São Paulo o padre Paulo Lopes, que era antigo aluno dos jesuítas em Vitória Espírito Santo, tomou posse em São Paulo celebrando missa na paróquia dos jesuítas, a qual servia de matriz. Neste mesmo ano se fez menção sobre as atividades da Misericórdia, a qual se tornaria a Santa Casa de Misericórdia. Em 1602 a matriz ainda não estava concluída, e nesta época havia outros três padres circulares junto com padre Paulo Lopes, mas eles saíram de São Paulo acompanhando a expedição sertanista como capelães da bandeira. Com tudo isto, o padre Paulo Lopes ficou desanimado e já pensava em sair de São Paulo; com medo da saída do vigário pela segunda vez, o povo reagiu, e depois da festa do Espírito Santo, começou um movimento para a construção da Igreja Matriz⁹.

A escravidão negra já havia sido introduzida para substituir à indígena, e os donos dos escravos os colocaram para o início das obras, a obras iam bem até que um edital do governador sobre a mineração traria efeitos sobre a situação da vila, o Quinto do ouro¹⁰. E novembro de 1601, as obras foram paralisadas, e as madeiras que já estavam preparadas permaneceram ao relento e assim apodreceram, com as obras paradas. Em 1602, o padre Paulo Lopes esperava seus auxiliares voltarem da expedição para tomar uma decisão final, mas corria o risco de eles não voltarem.

O prelado¹¹, Bartolomeu Simões Pereira, nomeou um novo oficial de justiça para São Paulo, Fernão Dias, nomeado meirinho¹² do eclesiástico na vila São Paulo,

⁸Pensão que se dá aos párocos para seu sustento

⁹SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004*, Paulinas: São Paulo, 2004, p.61-62.

¹⁰O Quinto era um direito cobrado pela Coroa de Portugal sobre o ouro encontrado em suas colônias. Corresponhia a 20% do metal extraído e sua forma de cobrança variou conforme a época e as regiões. Uma das mais conhecidas formas ocorria mediante a obtenção de "certificados de recolhimento" pelas casas de fundição.

¹¹Título de honra atribuído a certos eclesiásticos que ocupam cargos altos e muito importantes dentro da Igreja Católica (bispos, arcebispos, chefes de ordens religiosas); ordinário.

afirmando que quem não cúmplice sua ordem seria excomungado, não podendo esquecer que ainda estávamos no período do padroado. Mas, três anos se passaram, eles voltaram da expedição em 1605 e assim o padre Paulo Lopes deixou a paróquia. Ficou no período de 1599 até 1605.

Em 1607, a paróquia de São Paulo era atendida por três padres, João Álvares, Diogo Moreira e Gaspar Sanches, durante os dias da semana a vila ficava vazia, pois seus moradores iam para suas terras cultivar, os padres seculares viviam em suas casas ou pequenas fazendas cultivando o seu sustento, pois as suas cômputas não eram recebidas com frequência. Neste período, foi enviado para São Paulo o padre Diogo Moreira, que assumiu o cargo de vigário de São Paulo.

Em 1608, foi um tempo difícil para os moradores da vila de São Paulo, foi quando apareceu o padre João Pimentel da Rocha, novo vigário da vila. Em 1609 veio para a vila de São Paulo o governador Francisco de Souza e junto a ele, vieram três beneditinos, aproveitando a chegada do governado, o padre João Pimentel lhe falou sobre a retomada na construção da Igreja Matriz, paralisada por várias vezes, depois de várias promessas em nove de janeiro de 1610, foi ordenada a vinda de um especialista em obras Gonçalo Pires. Em trinta de agosto, do mesmo ano o padre João Pimentel conseguiu levar até o fim esta fase final da obra. Depois, de muitas brigas e discussões financeiras, em 1616 foi terminada

Em outubro de 1628 o padre João Pimentel foi nomeado para a vigararia de São Sebastião no Rio de Janeiro. Para São Paulo veio o padre já conhecido pelo povo João Álvares. Em dezembro de 1631, o padre Manuel Nunes, que era jesuíta da Companhia de Jesus, conseguiu licença para deixar a ordem e passar para o clero secular, e com isto se tornou vigário da vila de São Paulo; na mesma época que o frei João Pimentel que de padre secular passara a ser religioso, precisamente beneditino. Um novo vigário de São Paulo, foi Marcos Mendes de Oliveira, ordenado sacerdote após ficar viúvo,

¹²Era como se descrevia o oficial de justiça durante a Idade Média portuguesa. Os meirinhos tinham como função executar prisões, citações, penhoras e mandados judiciais. No Brasil do século XVI, os capitães-mores eram os meirinhos.

permaneceu na paróquia até 1644, neste ano tomou posse o padre Francisco Pais Ferreira, e no fim da década de 1640 o padre Domingos Gomes Albernás¹³.

A primeira paróquia foi, a Freguesia da Sé, fundada em 1589. Conforme os demais núcleos foram crescendo, eles se desmembraram, com novas capelas ganhando status de paróquia. As paróquias desmembradas do centro foram em 26 de março 1796: Paróquias de Nossa Senhora do Ó e Penha de França, ambas distantes cerca de 10 km do centro, 21 de abril de 1809, Paróquia da Santa Ifigênia, mais próxima, mas naturalmente separada pelo rio Anhangabaú, 21 de outubro de 1812, Paróquia de São Bernardo, que no ano seguinte em 9 de novembro de 1813, foi ainda elevado a distrito, 8 de junho de 1818, Paróquia do Brás, também mais próxima, mas naturalmente separada pelo rio Tamanduateí.

1-3 Reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado

O século XX que iniciou com uma reaproximação entre a Igreja Católica e o Estado, principalmente no período GV, que via com bons olhos a ação da Igreja e, deste modo, a incentivava. Até mesmo os fiéis católicos eram preparados e incentivados a assumir papéis sociais e políticos pela própria Igreja sempre no intuito de defesa desta. As palavras do presidente da República nessa oportunidade são bastante significativas: A Igreja Católica se via obrigada a se adaptar às mudanças sociais que ocorriam no país, que se modernizava rapidamente e passava a se tornar uma nação predominantemente urbana e industrializada. Assim, a partir dos anos de 1930, a instituição, num processo de aproximação com os setores que emergiam como consequência dessa nova realidade, foi criando ou reconhecendo uma série de organizações, entre elas: Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica, Juventude Operária Católica, Ação Católica Operária e as Comunidades Eclesiais de Base.

No dia 13 de agosto de 1944, dom Carlos Carmelo, foi designado como décimo quinto bispo e terceiro arcebispo da arquidiocese de São Paulo sempre existiram uma preocupação muito grande com o ensino universitário católico em São Paulo. A pioneira foi em 1907, a madre Ambroise fundou a Associação Instrutora da Juventude Feminina e manteve o Colégio Des Oiseaux. A Universidade de São Paulo, criada em 1934, teve início no convento dos franciscanos, contratou professores da Europa para Filosofia,

¹³SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004*, Paulinas: São Paulo, 2004, p.87-90.

Ciências Humanas e Direito, mais tarde a faculdade de Medicina, junto com a escola Politécnica fundada em 1894 e a escola de Farmácia e Odontologia fundada em 1999 juntou se a ela.

O cardeal Motta sonhava em criar uma Universidade Católica em São Paulo, e criou uma comissão para esta finalidade, e assim através da fusão de várias faculdades, em 1946 foi fundada a PUC-SP. No início do ano seguinte, o Papa Pio XII concedeu à Universidade Católica o título de Pontifícia e nomeou como primeiro grão-chanceler da instituição o cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta; o cardeal Motta foi fundador e um dos principais idealizadores da PUC-SP¹⁴, e em 1949a Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

Em 14 de outubro de 1952, os vintes arcebispos do Brasil junto com o núncio apostólico Carlos Chiaro se reuniram no Rio de Janeiro e foi criado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sendo o seu primeiro presidente o cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que permaneceu a frente da entidade por sete anos¹⁵.

A Igreja assumiu um papel de destaque no Brasil logo após o Concílio Vaticano II¹⁶, entre 1962 e 1965, convocado pelo papa João XXIII. As resoluções do encontro estimularam as igrejas, a se aproximarem das classes populares, a promoverem a justiça social e atuarem na defesa dos direitos humanos, especialmente nos países em desenvolvimento. Após o Concílio Vaticano II o colégio da madre Ambroise a Associação Instrutora da Juventude Feminina foi fechada e as religiosas-professoras transferidas para trabalhos nas periferias de São Paulo.

¹⁴SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004*, Paulinas: São Paulo, 2004, p.470.

¹⁵SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004*, Paulinas: São Paulo, 2004, p.472.

¹⁶O Concílio Vaticano II produziu 16 documentos, sendo quatro Constituições, nove Decretos e três Declarações, destes documentos conciliares, 4 se destacam como os mais importantes, relevantes, os pilares para entendermos também os outros: *Lumen Gentium*, *Sacrosanctum Concilium*, *Gaudium et Spes* e *Dei Verbum*. Essas quatro são Constituições, os outros apenas Decretos ou Declarações. Foi uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, consideradas o grande evento da Igreja Católica no século XX. Com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião, o papa João XXIII convidou bispos de todo o mundo para diversos encontros, debates e votações no Vaticano. Da pauta dessas discussões constavam temas como os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época. Passados mais de 50 anos do encerramento do Concílio Vaticano II, a Igreja percebe, cada vez mais, que de fato o Concílio foi um acontecimento fundamental, sem o qual hoje não se compreenderia muito bem a missão da Igreja Católica.

Entre os inúmeros e violentos conflitos que estouravam em diversas partes do mundo, como Guerra do Vietnã, Guerra da Argélia, Guerra Civil do Congo e muitas outras, também a Revolução Cubana, que concluiu seu processo de revolução socialista em 1961, funcionou como um indicativo de que as condições internacionais eram favoráveis aos avanços dos ideais soviéticos. Essa foi a primeira grande ameaça ao domínio do Estados Unidos na América Latina, e com isso tal conjuntura externa não deixaria de se refletir no Brasil.

Às vésperas do golpe militar de 1964 havia bastante agitação em alguns setores da sociedade brasileira, o comício promovido por João Goulart na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, foi um divisor de águas, mostrando que o presidente tinha o apoio da esquerda. Em contrapartida, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, a primeira das quais ocorreu no dia 19 em São Paulo, ao incitar a população católica à defesa dos tradicionais valores cristãos, evidenciavam a articulação das direitas numa ampla e organizada campanha de desestabilização do governo, e que ajudou muito no golpe que derrubou João Goulart do poder.

1-4 Condições política e econômica antes da Ditadura Militar no País.

Após a Segunda Guerra Mundial, um vasto conjunto de novos instrumentos de análise nas ciências sociais foi desenvolvido para explicar as tendências sociais e econômicas do período, incluindo os conceitos de sociedade pós-industrial e do Estado de bem-estar social. Esta época foi muito influenciada por políticas de estabilização econômica keynesianas¹⁷. O bom do pós-guerra terminou no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Entre os anos 50 e 60 travava-se a guerra fria, o Brasil vivia um processo de urbanização e modernidade da sociedade. Nesta época, predominava no Brasil uma população rural, voltada ao trabalho do campo e a uma vida simples, com quase nenhuma tecnologia à disposição, com exceção de alguns raros aparelhos de rádio.

As concentrações urbanas como conhecemos hoje não haviam se formado ainda, pois, embora já existissem cidades como São Paulo, o processo de industrialização ainda era insuficiente. Já havia muitas indústrias em São Paulo no início do século

¹⁷A escola Keynesiana ou Keynesianismo é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynesem seu livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções liberais, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego.

passado, mas a idéia de mudança econômica, de progresso, de modernização da produção, apenas seria realidade em meados da década de 50, fato que se comprova na instalação de grande parque industrial, principalmente da indústria automobilística na região do ABC paulista.

Nos anos 50 vivemos os governos de Getúlio Vargas (que se matou em 1954) e de Juscelino Kubitschek, os quais, em linhas gerais, começaram o processo de Industrialização nacional pela substituição de importações (iniciado por Getúlio Vargas.), pela abertura ao capital externo para investimento, pelo planejamento estratégico (como no caso de Juscelino Kubitschek.), pela construção de uma infraestrutura como rodovias, hidroelétricas, aeroportos, pela promoção da indústria de base e de produção de bens de capitais, fundamentais para produção nacional. Um dos símbolos maiores deste processo de modernização foi à construção de Brasília, nova capital do país inaugurada no início dos anos 60.

Do ponto de vista da cultura e do imaginário social, acreditava-se que o Brasil estava a caminho de se tornar uma nação moderna, principalmente ao adotar um padrão de vida ao mesmo tempo muito diferente da vida rural e muito próximo ao modelo consumista do capitalismo norte-americano. Além disso, os meios de comunicação como o cinema, a televisão e o rádio difundiam-se cada vez mais, sendo fundamental na disseminação de um pensamento nacionalista e da ideologia de um país rumo ao progresso.

Mas junto a este progresso veio também os problemas: a dívida externa estava extremamente alta em função dos empréstimos feitos para a modernização do Brasil, o impasse estava de um lado na incapacidade do Estado brasileiro de romper com a relação de força sobre a qual se assentava o par PSD/PTB, que não eram os mesmos partidos que vemos hoje, naquela época eles eram bem, mas astutos em relação a controlar o Estado. Houve queda na produção interna, uma vez que a indústria nacional era limitada e sem poder competitivo, acarretando uma baixa real dos salários, desemprego e inflação. A economia nos anos 60 perdeu seu dinamismo, a estagnação foi contínua por causa da crise política que se iniciou com a renúncia de Jânio Quadros¹⁸.

¹⁸Foi o presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961.

O governo do João Goulart, que assumiu após a renúncia de Jânio Quadros, foi apenas o estopim para tudo isso, suas tradições de antigo líder sindical, assim como a sua história como ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, contribuíram para lhe criar uma imagem de um “líder comunista”. As famosas Reformas de Base, tão polêmicas à época, foram apenas a faísca que faltava para começar o incêndio, a inflação atingia altos picos durante seu governo. O governo dos Estados Unidos acompanhava tudo de perto, pois o Brasil era o país mais populoso e economicamente mais importante da América do Sul e não queria mais uma Cuba (comunismo), principalmente em dimensões bem maiores, territorial e economicamente.

A década de 1960 representou um período de muitas ações e manifestações com vistas às mudanças no sistema educacional do Brasil. A reforma do ensino superior brasileiro ocorrida em 1968, teve como antecedente um significativo movimento de estudantes e de professores, que desde o início da década de 1960, vinham se mobilizando para imprimir novos rumos na incipiente vida acadêmica nacional. O Movimento Estudantil realizou durante este período, seminários sobre a Reforma Universitária, nos quais criticavam o caráter elitista¹⁹ da universidade, denunciavam a existência do regime de cátedra vitalícia, indicando a necessidade de realização de concursos públicos para a admissão de professores e lutavam por currículos atualizados e pela ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados. Foi dentro deste cenário que o golpe militar ganhou forma e liderança em abril de 1964.

O governo João Goulart propunha as chamadas Reformas de Base, com destaque para a Reforma Agrária, que repercutiram em todo o país, principalmente, depois de um comício realizado no dia 13 de março de 1964, na estação ferroviária Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro. João Goulart anunciou em seu discurso o compromisso com a realização das tais 19 reformas; e segundo muitos historiadores, foi esse evento o marco inicial para uma reação política que derrubaria o governo e encerraria a experiência democrática que o país vinha vivendo desde 1945. O medo do desgoverno, foi habilmente trabalhado e a hipótese ou medo da instalação de uma república sindicalista (comunista) inspirada em Cuba tomava conta da hierarquia militar, da classe média e até mesmo de alguns setores da Igreja. Com isto, a revolução militar e o golpe de 31 de março de 1964 foi uma tentativa de acalmar a situação. A princípio a revolução

¹⁹Pessoa que se acha mais valorizada, de melhor padrão e de melhor qualidade comparada aos demais indivíduos num contexto social.

contou com o apoio da Igreja. Num primeiro momento os militares assumiram todo o poder, criando a malfadada política da Segurança Nacional.

O Concílio Vaticano II proporcionará uma mudança radical no conceito e na ação da Igreja, para que ela pudesse acompanhar as mudanças da sociedade e do mundo. A partir de então vai ser mais forte a tendência de divisão entre as duas facções na Igreja: um grupo que tenta manter a linha conservadora e outra linha que quer ver a Igreja ir à frente. Aos poucos a atitude defensiva e exclusivista foi sendo substituída pela convivência construtiva. A Igreja deixa de estar fechada ao mundo e abre-se ao diálogo com a sociedade moderna.

1-5 Golpe Militar

Como já se afirmou o governo de João Goulart nasceu, conviveu e morreu sobre a ameaça do golpe de Estado. Durante seu dois anos e meio de existência (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social nasceu no país, o comunismo batia em nossa porta. Não se pode negar que o regime parlamentarista fracassou, João Goulart começou seu mandato neste regime (o presidente da República deixa de responder oficialmente pelo poder Executivo para assumir a simbólica função de chefe de Estado)²⁰.

Como diria Karl Marx (Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado)²¹, ou seja, cada geração recebe um quadro social das gerações anteriores, não criadas por eles. No final do governo de Getúlio Vargas, que se encerrou por ocasião de seu suicídio em 1954, a situação política brasileira estava muito instável, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência. Como seu governo foi bem aceito pela população, teve respaldo suficiente para superar os ataques políticos e chegar ao final do mandato.

O sucessor de Juscelino Kubitschek é quem causaria problemas no destino político brasileiro. Jânio Quadros foi eleito com grande maioria dos votos, com tamanho apoio popular. O presidente Jânio Quadros anunciou sua renúncia pelo rádio em 1961, O vice de Jânio Quadros era João Goulart, político que surgiu durante o segundo

²⁰NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*: coordenação Maria Helena Capelato, Maria Ligia Prado - São Paulo: Atual, 1998.- (Discutindo a História do Brasil).

²¹ = MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

governo de Getúlio Vargas e que por isso tinha fortes identificações com o mesmo Getúlio Vargas, causando desagrado nos políticos de direita. João Goulart, já era encarado como um político de tendências de esquerda e para piorar quando recebeu a notícia da renúncia do presidente estava na China comunista. A direita política tentou de todas as formas fazer com que o vice não assumisse quando retornasse ao Brasil, mas Leonel Brizola, cunhado de João Goulart, era o governador do Rio Grande do Sul e deu o sustento necessário para que o vice voltasse ao país e assumisse o cargo que agora lhe era de direito. O presidente João Goulart e seus aliados criaram políticas que só causaram insatisfação nos conservadores de direita. Leonel Brizola criou o “grupo dos onze”²² para fiscalizar parlamentares e militares e pressionar o Congresso para aprovar as reformas de base.

O estopim para o golpe militar aconteceu em março de 1964, quando João Goulart, após um discurso inflamado no Rio de Janeiro, determinou a reforma agrária e a nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo. No dia 19 de março, em resposta ao comício do Rio de Janeiro, foi realizada em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Na passeata, os manifestantes pediam a Deus e aos militares que salvassem o Brasil do perigo comunista, presente na figura de João Goulart. Em 9 de abril, foi editado o AI-1, decreto militar que depôs o presidente e iniciou as cassações dos mandatos políticos. O golpe visou acabar com o debate político que estava centralizado em torno das reformas sociais e políticas podendo citar, que o carro chefe das reformas sociais era a questão da reforma agrária. Desde essa época, entidades ruralistas, e setores da Igreja Católica, partidos liberais conservadores como o UDN e o PSD, e também a imprensa já se preocupavam com o destino do país.

Quando ocorreu o golpe de 1964, as autoridades mais influentes dentro da Igreja católica no Brasil apoiaram a intervenção militar na política, acreditando que o governo do presidente deposto, João Goulart, fosse uma séria ameaça à ordem social vigente devido a suas inclinações supostamente esquerdistas e revolucionárias. Porém, à medida que a Igreja ampliava sua inserção junto a outros segmentos sociais, principalmente as

²² = Movimento também conhecido como Grupos dos Onze Companheiros, criado em fins de outubro de 1963 pelo então deputado federal Leonel Brizola, com o objetivo de lutar pela implantação das chamadas reformas de base (agrária, urbana, educacional, bancária etc.) preconizadas pelo presidente João Goulart, e pela “libertação do Brasil da espoliação internacional”. Foi desarticulado após o movimento político-militar de 31 de março de 1964.

classes populares, os seus membros (padres, freiras, bispos, arcebispos, etc.) também se transformaram em alvos da repressão policial

O Alto Comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial, indicando um candidato militar que era legalizado pelo Congresso Nacional. A liberdade de expressão e de organização era quase inexistente. Partidos políticos, sindicatos, agremiações estudantis e outras organizações representativas da sociedade foram suprimidas ou sofreram interferência do governo.

No mesmo mês, o marechal Castelo Branco, foi empossado presidente com um mandato até 24 de janeiro de 1967. Em seu governo, foi instituído o bipartidarismo, só estava autorizado o funcionamento de dois partidos: MDB e a ARENA. Enquanto o primeiro era de oposição, de certa forma controlada, o segundo representava os militares.

Muito militar não aceitava o nome ditadura, pois o congresso funcionou uma boa parte deste regime, é que houve eleições mesmo que tenha sendo indireta, mas como todas as eleições no Brasil diretas ou indiretas, sempre foram contratadas pelos mais poderosos e neste caso os militares, em 1967, assume a presidência o general Arthur da Costa e Silva. Seu governo é marcado por protestos e manifestações sociais. Em 1968 lança o AI-5, que vai durar até o fim de 1978. Este ato ou novo decreto permitia ao presidente estabelecer o recesso indeterminado do Congresso Nacional e de qualquer outro órgão legislativo em esfera estadual e municipal, cassar mandatos e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos.

Além disso, poderia ser realizado o confisco dos bens daqueles que fossem incriminados por corrupção. Este foi o mais duro do governo militar, pois aposentou juízes, cassou mandatos, acabou com as garantias do habeas-corpus e aumentou a repressão militar e policial.

Em 1969, a Junta Militar escolhe o novo presidente: o general Emílio Garrastazu Médici que durou até 1974. Seu governo é considerado o mais duro e repressivo do período, conhecido como anos de chumbo. Os famosos porões da ditadura ganhavam o aval do Estado para promover a tortura e o assassinato no interior de delegacias e presídios, neste governo observamos o uso massivo dos meios de comunicação para instituir uma visão positiva sobre o Governo Militar. Ao mesmo tempo a repressão aos

órgãos de imprensa foi intensa, impossibilitando a denúncia das arbitrariedades que se espalhavam pelo país.

A expressão milagre econômico, foi usada no mundo em razão ao desenvolvimento relâmpago da Alemanha em 1950, depois logo em seguida pelos japoneses em 1960, e em 1970 pelo Brasil, que foi usado como símbolo de desenvolvimento econômico e também propaganda política. Entretanto, o milagre econômico acabou com a mesma velocidade que se empolgou. No ano de 1973, uma crise internacional do petróleo escancarou as fraquezas da nossa economia dando fim a toda empolgação. Na época, o Brasil importava mais da metade dos combustíveis que produzia e, por isso, não resistiu ao impacto causado pela alta nos preços do petróleo. Em pouco tempo, a dívida externa e a onda inflacionária acabaram com os sucessos do regime.

Em 1974, assume a presidência o general Ernesto Geisel que começa um processo de mudanças rumo à democracia. Seu governo começa com o fim do milagre econômico. A crise do petróleo e a recessão mundial, interferem na economia brasileira, e com a insatisfação popular em altas taxas. General Ernesto Geisel anuncia a abertura política lenta, gradual e segura. A oposição política começa a ganhar espaço. Nas eleições de 1974, o MDB conquista 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e ganha a prefeitura da maioria das grandes cidades. Diversas agências de ação política organizavam o desenvolvimento dos setores econômico e social.

O Incra, o Mobral e o PIS, formavam alguns dos “braços” da ação política dos militares. Em 1978, o general Ernesto Geisel acaba com o AI-5, restaura o habeas-corpus e abre caminho para a volta da democracia no Brasil. A vitória do MDB nas eleições em 1978, começa a acelerar o processo de redemocratização. O general João Baptista Figueiredo, decreta a Lei da Anistia, concedendo o direito de retorno ao Brasil para os políticos, artistas e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos. Os militares de linha dura continuam com a repressão clandestina.

Nos últimos anos do governo militar, o Brasil apresenta vários problemas, a inflação é alta e a recessão também. Enquanto isso a oposição ganha terreno com o surgimento de novos partidos e com o fortalecimento dos sindicatos. Em 1984, políticos de oposição, artistas, jogadores de futebol e milhões de brasileiros participam do movimento das Diretas Já. O movimento era favorável à aprovação da Emenda Dante

de Oliveira, que garantiria eleições diretas para presidente naquele ano, para a decepção do povo, a emenda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheria o deputado Tancredo Neves, que concorreu com Paulo Maluf, como novo presidente da República. Ele fazia parte da Aliança Democrática: o grupo de oposição formado pelo PMDB e pela Frente Liberal. Era o fim do regime militar. Porém, Tancredo Neves fica doente antes de assumir e acaba falecendo. Assume o vice-presidente José Sarney. Em 1988 é aprovada uma nova constituição para o Brasil. A Constituição de 1988, apagou os rastros da ditadura militar e estabeleceu princípios democráticos no país.

1-6. As ações Pastorais Catolica no Brasil.

A CNBB que havia sido criada em 1952 para articular o episcopado nacional, racionalizando o poder eclesiástico, sem ferir a autonomia de cada bispo em sua diocese, firmando o seu poder e sua autoridade, tornou-se a porta-voz da Igreja nacional, sobretudo nos momentos críticos, que estavam por acontecer. O grupo inicial de bispos foi então sendo engrossado com novas nomeações ao episcopado e a CNBB se colocou na linha de frente, das diretrizes e da reforma social. O papa João XXIII insistiu muito na Pastoral de Conjunto e no planejamento pastoral, pois, desta maneira, é que a Igreja cumpriria a sua missão, num mundo tão complexo e de tanto desafios e depois dele, o papa Paulo VI colocou a Igreja do mundo todo nas estradas do Concílio.

A palavra "pastoral" deriva de pastor, que era um elemento constante no nosso Evangelho. Deus é nosso pastor, aquele que tem ao mesmo tempo autoridade e solicitude para com suas ovelhas. Jesus Cristo, também é comparado ao bom pastor no Evangelho de João.

"Em verdade, em verdade vos digo: quem não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, é ladrão e salteador. Mas quem entra pela porta é o pastor das ovelhas. A este o porteiro abre, e as ovelhas ouvem a sua voz. Ele chama as ovelhas pelo nome e as conduz à pastagem. Depois de conduzir todas as suas ovelhas para fora, vai adiante delas; e as ovelhas seguem-no, pois lhe conhecem a voz." (João10,1-4)²³.

²³<<https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/sao-joao/10/>> Acesso em 18 de Janeiro de 2018,20: 19hs

A Igreja Católica criou as pastorais, que tem função profética, função litúrgica, mas cuja função real diz respeito à promoção e orientação das comunidades, à organização da caridade e à animação cristã das realidades terrestres. Neste último aspecto, a ação da Igreja engloba campos da sociedade como a saúde, a juventude, a solidariedade social e a educação.

Neste sentido, procuramos criar diferentes ações de trabalhos pastorais para dar respostas ao anseio de Jesus em praticar a caridade transformadora. A Pastoral Social faz parte da Doutrina Social da Igreja, é a solicitude da Igreja Católica voltada especialmente para a condição socioeconômica da população. Hoje, como ontem, ela se preocupa com as questões relacionadas à saúde, à habitação, ao trabalho, à educação, desemprego, enfim, às condições reais da existência humana: à qualidade de vida.

No Brasil, a Igreja Católica busca atingir públicos distintos, atuando em diversos setores, através das Comissões Pastorais, são elas: Pastoral Afro-Brasileira, Pastoral da Criança, Pastoral da Mulher Marginalizada, Pastoral da Saúde, Pastoral do Povo de Rua, Pastoral dos Migrantes, Pastoral dos Nômades, Pastoral dos Pescadores, Pastoral Operária, Pastoral da Terra, Pastoral do Batismo, Pastoral da Comunicação, Pastoral da Catequese, Pastoral da Cultura, Pastoral do Dízimo, Pastoral da Educação, Pastoral da Juventude do Brasil, Pastoral da Mobilidade Humana, Pastoral da Sobriedade, Pastoral do Turismo, Pastoral dos Brasileiros no Exterior, Pastoral Familiar, Pastoral Litúrgica, Pastoral Universitária

Pastoral Carcerária - tem como objetivo a evangelização das pessoas privadas de liberdade, bem como zelar pelos direitos humanos e pela dignidade humana no sistema prisional.

Pastoral do Menor - é um serviço da Igreja católica voltada para o atendimento de diferentes situações como: saúde, terra, trabalho, moradia, crianças e adolescentes. A Pastoral do Menor, iniciou-se em São Paulo, em 1977, tendo como missão a “promoção e defesa da vida da criança e do adolescente empobrecido em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais”. Seu lema é "Quem acolhe o menor a mim me acolhe".

Pastoral de DST/AIDS - tem como objetivo o serviço de prevenção ao HIV e a assistência aos soropositivos, acompanhando e defendendo seus direitos.

Pastoral da Pessoa Idosa - Em 1993, um encontro casual entre Zilda Arns e o geriatra João Batista Lima Filho, no aeroporto de Londrina, que durou várias horas, devido à espera necessária por causa do mau tempo, resultou na idéia de um trabalho conjunto em favor das pessoas idosas.

Pastoral Vocacional - é um trabalho desenvolvido dentro da Igreja Católica para buscar pessoas que tenham vocação para o sacerdócio e desejam seguir a carreira de padre ou freira²⁴.

A dimensão sócia transformadora da ação da igreja é constituída de quatro aspectos complementares e indissociáveis: sensibilidade para com os fracos e indefesos, solidariedade em frente a determinadas emergências, profetismo no combate à injustiça e espiritualidade libertadora. Diante destes aspectos a pastoral social traduz tais palavras em tarefas específicas, perante os diferentes campos de trabalho detalhado por cada uma das pastorais. Os trabalhos das Pastorais Sociais, são de grande importância, principalmente, pelo Conhecimento das Comunidades empobrecidas, à visita domiciliar, o contato pessoal, o vínculo, a acolhida, a mística, a descoberta de lideranças nas próprias comunidades, desenvolvendo a autoestima, para um protagonismo²⁵.

Conclusão do capítulo.

Dentro deste quadro geral podemos vislumbrar com mais propriedade a influência da religião na política brasileira. Neste sentido, os limites da divisão entre religião e política no Brasil foram precariamente construídos, sem nunca haver sido plenamente demarcados ao longo da história. Por exemplo, atualmente ainda é possível encontrar símbolos cristãos (como bíblias e crucifixos) em posição de destaque nos locais onde as principais decisões políticas e jurídicas do país são tomadas (como no stf, Senado e Câmara), além da evocação a Deus na Constituição e nas cédulas de dinheiro. Essas representações são concessões simbólicas que conferem legitimidade política a determinados símbolos religiosos em espaços predominantemente seculares.

²⁴Lista de pastorais da Igreja Católica no Brasil.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pastorais_da_Igreja_Cat%C3%B3lica_no_Brasil> Acesso em 18 de Janeiro de 2018,20: 20hs

²⁵Arquidiocese de São Paulo<<http://www.arquisp.org.br/historia/da-arquidiocese>>. Acesso em 18 de Janeiro de 2018,20: 20hs

CAPÍTULO II– A Repressão de um novo Governo.

Introdução do capítulo

Os militares no poder procuraram sempre atuar a partir de uma “legalidade autoritária”. Mas para combater qualquer um que contestasse o regime mais diretamente, os chamados “subversivos”, não deveria haver limite jurídico, ético ou moral. Assim, principalmente a partir de 1968, o Estado brasileiro patrocinou uma repressão ao mesmo tempo legal e ilegal, baseada em censura, vigilância, tortura sistemática, prisões ilegais e desaparecimentos.

2-1 A ditadura militar e a Censura

Destacamos o tema da censura durante a ditadura militar. Ela começou a ser instituída, logo após o golpe e foi se tornando mais intensa até 1968, quando foi decretado o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) e a perseguição aos opositores do regime se tornou ainda mais violenta e constante; não podemos deixar de ver o documento enviado pela Polícia Federal, que entrou em vigência no dia 10 de junho de 1969, com 17 recomendações à imprensa e a comunicação brasileira²⁶.

Os meios de comunicação sempre tiveram papel importante para a formação da opinião pública. Por isso, regimes autoritários, como o que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, procuram ter controle sobre suas atividades, a fim de garantir, que esses veículos de informação não desestabilizem seu poder.

Chamamos, esse controle sobre as informações que circulam em uma sociedade (notícias, críticas, músicas, publicações etc.) de censura. Ela foi uma das principais características da ditadura militar no Brasil, foi enorme a censura sob as produções culturais, que contrariavam as doutrinas militares. O órgão responsável por ela, durante o regime, era a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Para aprovar a letra de uma música, por exemplo, era necessário enviá-la para o DCDP e, se não fosse liberada pelo órgão, a gravadora poderia abrir um recurso a ser julgado pelos censores, que ficavam em Brasília analisavam como eram tratados os bons costumes e a crítica política contra o regime militar.

²⁶<<https://drive.google.com/file/d/0B6Pqpp2lC3esWUhmRUt0czNNNTdVSUlaWlpnR2M4QmJJJaFdN/view>> Acesso em 24 de março de 2018, 19:30hs

2-2 A ditadura militar e a censura a “Radio Nove de Julho”

Comemorando os oitenta anos do papa Pio XII, foi inaugurada em São Paulo a rádio 9 de julho. A primeira transmissão da emissora foi uma mensagem do próprio papa.

Nesse período de ditadura, muitas manifestações culturais, políticas e sociais, foram vetadas pela censura instalada no país e um dos setores que mais sofreu retaliações foram a imprensa e a comunicação. Como alguns conteúdos;principalmente os contestáveis, tiveram que ser retirados dos jornais e rádios tradicionais. Houve uma necessidade por parte dos profissionais de imprensa e do rádio de publicar e falar o que realmente acontecia no país durante os chamados “anos de chumbo”. A Rádio Nove de Julho, vinculada à Arquidiocese de São Paulo, foi a luta pela defesa dos direitos humanos durante o regime militar. O rádio foi obrigado a abrir mão de uma de suas principais missões: o serviço de utilidade pública.

O regime militar, que ocupou o poder no Brasil entre 1964 e 1985 exerceu com rigor o controle sobre os meios de comunicação social, sobretudo nos governos dos generais Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979).

Criada em 1953, um ano antes das comemorações do 4º centenário da cidade de São Paulo, durante o bispado do cardeal Motta, com autorização temporária para preparar as comemorações, o presidente da República Café Filho ofereceu duas emissoras em ondas médias para a arquidiocese, e o cardeal Motta aceitou. Para receber a concessão fundou a Sociedade Comercial Radio Nove de Julho Ltda.

A emissora só passou a operar oficialmente a 12 de agosto de 1956, através de concessão autorizada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Transmitia em duas frequências: 540 kHz em ondas médias, cobrindo o Estado de São Paulo, e em ondas curtas, na faixa de 49 metros, o que permitia alcançar a maior parte dos estados brasileiros e alguns países vizinhos.

A emissora tinha uma programação diária de 2 horas sua audiência era enorme e de grande repercussão sobre tudo. Durante o regime militar quando foi a voz dos sem voz era uma das únicas esperanças da população, defendendo os direitos humanos, apoiando a resistência popular tramando contra o silêncio do congresso e diminuindo a supressão das garantias individuais as prisões políticas arbitrárias, as torturas no Cárcere

e o desaparecimento de pessoas. Em 23 de maio de 1962, a Sociedade Comercial se transformou na Fundação Metropolitana Paulista, mantenedora da emissora e do jornal O São Paulo, que nasceu em 25 de janeiro de 1956²⁷.

No ano de 1970, o Cardeal Agnelo Rossi, abençoou e inaugurou as novas instalações dos estúdios da emissora na Rua Dr. Pinto Ferraz, 189, Vila Mariana, e confiou a administração dos trabalhos aos padres Paulinos, que permaneceram nesta atividade até o fechamento da emissora.

Em 1973, devido à forte oposição que dom Paulo Evaristo cardeal Arns, arcebispo de São Paulo, fazia ao regime militar, denunciando na Rádio Nove de Julho, as torturas ocorridas nos porões da repressão, em 30 de setembro de 1973 dois decretos do então Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, cassou as concessões da emissora católica de São Paulo, declararam fechadas as duas ondas da Nove de Julho, pegando de surpresa toda a arquidiocese e criando uma enorme indignação, não havia motivos técnicos fiscais ou sequer administrativos para lacrar os transmissores da Nove de Julho, mas em 5 de novembro de 1973 o regime militar o fez.

Já na Nova República, o governo Sarney, através do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ensaiou devolver a Radio Nove de Julho à Arquidiocese de São Paulo, mas impôs uma condição: não seria possível voltar para São Paulo e ofereceu uma emissora em Cotia com potência (1 mil watts) bem inferior a que a Nove de Julho possuía antes do seu fechamento. Ela não conseguiria ser ouvida em São Paulo. Dom Paulo Evaristo não aceitou.

O governo Itamar Franco, elaborou estudo prevendo a volta da Rádio Nove de Julho para São Paulo e reservou a faixa de 1600 kHz (ondas médias). E, em meados da década de 1990, quando o presidente Fernando Henrique, resolveu verdadeiramente devolver a emissora à Igreja, o Cardeal Arns solicitou aos seus assessores um estudo de viabilidade técnica sobre o aumento de potência de 10 mil para 100 mil watts na frequência de 1600 kHz, com o intuito de compensar a perda do sinal que a emissora teria se tivesse aceitado a proposta do governo Sarney.

²⁷SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004*, Paulinas: São Paulo, 2004, p.488.

A fundação Metropolitana Paulista, em julho de 1996, com Dom Paulo Evaristo, reuniu em sua residência 10 comunicadores religiosos para informar a devolução da emissora e consultar como deveria ser a Nove de Julho, a nova Nove de Julho deveria ser Missionária, evangelizadora Profética, da população e da arquidiocese, disseram os participantes da reunião.

No dia 9 de julho de 1996, no Palácio do Planalto, de forma inédita ao meio-dia o cardeal de São Paulo, o cardeal de Brasília e o Governador Mário Covas e diversos políticos paulistas e representantes da CNBB e do Vicariato da Comunicação da Arquidiocese de São Paulo, participaram daquele momento histórico para igreja de São Paulo.

O presidente Fernando Henrique Cardoso anulou o decreto de Médici e homologou a portaria do ministro Sérgio Motta devolvendo a 9 de Julho a fundação Paulista em frequência de 1600 kHz com a potência de 10 kW.

2-3 A ditadura militar e a censura ao jornal "O São Paulo"

O São Paulo e a relação da Igreja Católica paulistana com os meios de comunicação social vão se transformando aos poucos na primeira metade do século XIX. Em 1953, por exemplo, houve a experiência com a Rádio 9 de Julho que deixou de ser temporária e se incorporou à Igreja Católica paulistana. Com essa nova experiência comunicacional, a Igreja sentiu que precisava de uma nova publicação jornalística que a aproximasse dos seus fiéis, que os ligassem ao cotidiano religioso da paróquia e os transformassem em uma comunidade. É, justamente, com esse objetivo que em 25 de janeiro de 1955, aniversário da cidade de São Paulo, se inaugura uma nova etapa na relação entre Igreja Católica, meios de comunicação e fiéis, através da criação do semanário O São Paulo.

Ao longo de sua trajetória, este semanário²⁸, inclusive, lutou pelo fim da ditadura militar e teve suas páginas mutiladas pela censura prévia do governo federal. A partir de 1970, quando a Arquidiocese de São Paulo é liderada por Dom Paulo Evaristo Arns, o jornal sofre uma mudança na sua linha editorial e passa a atuar como crítico ao Estado Autoritário, contra a repressão, postura que, irá culminar na instalação de uma censura prévia no semanário.

²⁸Jornal ou revista cuja publicação ocorre uma vez por semana.

O São Paulo utilizou como estratégia comunicacional a articulação entre direitos humanos e a religiosidade cristã. Dessa forma, a imprensa católica tornou-se um instrumento de resistência ao Estado Autoritário. A imprensa católica procurou conscientizar a população paulistana católica acerca do vínculo indissolúvel entre esses dois valores, trazendo para a cena religiosa a necessidade de se forjar na prática pastoral católica um espírito de compromisso com a luta pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana.

A imprensa católica procurou conscientizar a população paulistana católica acerca do vínculo indissolúvel entre esses dois valores, trazendo para a cena religiosa a necessidade de se forjar na prática pastoral católica um espírito de compromisso, com a luta pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a imprensa era imprescindível, pois, na época tratava-se de um meio de comunicação de grande relevância entre o público católico.

Com tomada do poder pelos militares em 1964, o clero católico conhece uma divisão interna: um grupo defende o golpe e o governo instituído, enquanto outro grupo, o critica. Não há dentro da Igreja brasileira uma unanimidade em relação ao regime dos militares, pelo contrário.

No campo social e político, a divergência se deu entre os que, por razões evangélicas e pastorais, se afastaram os governos militares, denunciando a violação dos direitos humanos, abusos, torturas, e os que, igualmente por razões pastorais, julgavam dever manter canais abertos ao diálogo e campos de colaboração mútua na educação, na saúde, etc²⁹.

O São Paulo e a relação da Igreja Católica paulistana com os meios de comunicação social, vão se transformando aos poucos, na primeira metade do século XIX. Em 1953, por exemplo, houve a experiência com a Rádio 9 de Julho que deixou de ser temporária e se incorporou à Igreja Católica paulistana. Com essa nova experiência comunicacional, a Igreja sentiu que precisava de uma nova publicação jornalística, que a aproximasse dos seus fiéis, que os ligassem ao cotidiano religioso da paróquia e os transformassem em uma comunidade. É, justamente, com esse objetivo,

²⁹BEOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes. 1996,p.90

que em 25 de janeiro de 1955, aniversário da cidade de São Paulo, se inaugura uma nova etapa na relação entre Igreja Católica: meios de comunicação e fiéis, através da criação do semanário O São Paulo.

A primeira fase tem início em 1956, com o seu surgimento, e vai até 1964, quando o Cardeal Motta, seu fundador, deixa a Arquidiocese de São Paulo. Este estágio, é caracterizado pela institucionalização do semanário como porta voz da Igreja. A segunda fase se inaugura com a chegada de Dom Agnelo Rossi, à Arquidiocese de São Paulo, em 1966, e vai até 1970. Este período, é um momento de transição, entre o conservadorismo, que marcou o período anterior e a atuação considerada progressista do momento posterior. São aqui, que ocorrem as discussões sobre o Concílio Vaticano II e como as suas decisões devem ser adaptadas à realidade brasileira.

O Brasil estava livre do comunismo. E de repente os militares começaram a desrespeitar os direitos humanos, torturas, tudo mais, então a Igreja, que era uma voz de consenso em relação à revolução, começou a ser uma voz de dissenso, a denunciar. Não estava junto àquelas coisas, a prisão, a tortura, o desaparecimento de pessoas, começou a ser um dissenso a não concordar com o regime.

O terceiro período se inicia com a assunção de Dom Paulo Evaristo Arns ao cargo de Arcebispo de São Paulo, em 1970, e vai até 1978 com o fim da censura ao jornal O São Paulo, e é caracterizado: pelo rompimento entre Estado Autoritário e Igreja Católica; pela utilização do semanário para denunciar a violenta repressão do governo militar; a divulgação e conscientização da população sobre os direitos humanos e a implantação das diretrizes do Concílio Vaticano II.

2-4 A ditadura militar e as Torturas

Mesmo sendo amplamente utilizada pelos Estados através de suas Polícias e Armas, a tortura não foi por eles inventada. Os primeiros registros de maus-tratos e penas cruéis datam da Idade dos Metais. Na Babilônia, do segundo milênio antes de Cristo, o rei Hamurabi regulava a vida social através de penas severas e degradantes³⁰, cuja máxima chegou aos nossos dias: “olho por olho, dente por dente”.

"olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, golpe por golpe." (Êxodo 21,24-25)

³⁰Hamurabi, rei da Babilônia, no século XVIII a.C., é o autor de 282 leis, que ficaram conhecidas como Código de Hamurabi.

Já os assírios, foram pioneiros em torturar povos conquistados³¹. O terror e o medo tornaram-se elementos presentes no cotidiano da chamada Idade Média, e maximizaram-se durante os longos séculos da Inquisição, que se valeu dos mais hediondos suplícios para punir heresias. Especial fixação dos inquisidores, se deu em relação às bruxas, tanto que os dominicanos Heinrich Kramer e Johan Sprenger redigiram uma “bíblia” para instruir os inquisidores, o *Malleus Maleficarum*. O “Martelo das Feiticeiras”³² era um manual que previa diagnósticos e prognósticos às manifestações de bruxaria.

Com a retomada do modo de produção escravista no século XV, os negros foram oprimidos e severamente punidos, situação mantida até o século XIX. No desenvolvimento do regime escravocrata no Brasil, observamos que os negros, trazidos para o espaço colonial, sofriam um grande número de abusos.

A dura rotina de trabalho era geralmente marcada por longas, jornadas e a realização de tarefas, que exigiam um grande esforço físico. Dessa forma, principalmente, nas grandes propriedades, observava-se que o tempo de vida de um escravo não ultrapassava o prazo de uma década³³.

As torturas, durante o período de 1964 a 1985, eram realizadas com muitos choques e pancadarias. As barbaridades, praticadas por esses regimes deixaram um saldo de milhares de mortos e desaparecidos, e fizeram do uso da tortura um método científico de larga aplicabilidade, para a extorsão de informações e confissões. A deturpação de leis e direitos, prefaciou a organização do aparelho repressivo. O Ato Institucional nº 2 (AI-2)³⁴ determinou a adoção de jurisdição militar no tocante a crimes

³¹É Provável que a simples menção do nome Assíria deixasse as pessoas no Oriente Médias antigas apavoradas. Segundo o livro bíblico de Jonas, quando esse profeta recebeu uma designação de Deus para pregar uma mensagem de julgamento na capital assíria, Nínive, ele fugiu na direção oposta. (Jonas 1,1-3) Ele talvez tenha agido assim por causa da terrível reputação que os assírios tinham.

³²KRAMER, Heinrich; SPRENGER, Johan. *Martelo das Feiticeiras*. 16 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2002.

³³Escravidismo no Brasil: A resistência de africanos e descendentes
<<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/escravismo-no-brasil-a-resistencia-de-africanos-e-descendentes.htm>> Acesso em 24 de Março de 2018,19:00hs

³⁴Com o AI-2, os partidos políticos foram extintos.

políticos e suspendeu temporariamente o habeas corpus. Mas, foi o AI-5³⁵ [13 de dezembro de 1968], que abriu as portas para a efetivação do sistema de segurança. Uma espécie de projeto piloto do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) foi implantada em São Paulo, cidade considerada centro irradiador dos movimentos de esquerda³⁶.

A partir de 1968, começou a ser amplamente utilizada, para conseguir confissões das pessoas envolvidas na militância contra o governo militar. Apesar disso, nenhum torturador foi punido, pois o Congresso Nacional aprovou, em 1979, a Lei da Anistia. Com ela, as pessoas envolvidas em crimes políticos seriam perdoadas pela justiça, inclusive os torturadores.

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais.³⁷

Neste intervalo, vários inquéritos e depoimentos apontaram a tortura física e psicológica, como expediente utilizado por membros do governo e grupos militares com o objetivo de controlar a população. Em 1969, a tortura teve seu período mais difícil no país. As guerrilhas estavam com grande atuação, e ocorriam muitos assaltos a banco e com isso, a repressão se tornou mais forte. Nessa época, foram criados processos para esconder as atitudes dos militares. As mais diversas formas de tortura eram praticadas, e isso provocou uma onda de suicídios. Elas eram tão violentas e marcantes, que o preso

³⁵Foi o quinto decreto emitido pelo governo militar brasileiro (1964-1985). É considerado o mais duro golpe na democracia e deu poderes quase absolutos ao regime militar. Redigido pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, o AI-5 entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do então presidente Artur da Costa e Silva.

³⁶ FON, Antonio Carlos. *Tortura. A história da repressão política no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Global, 1979, p. 19.

³⁷Direitos humanos. A Lei da Anistia Política foi promulgada em 1979, no governo do presidente João Baptista Figueiredo, para reverter punições aos cidadãos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram consideradas criminosas políticos pelo regime militar.

não desejava mais viver. O suicídio, também foi utilizado pelos militares para justificar mortes de prisioneiros nos quartéis e presídios.

Para que não houvesse qualquer tipo de falha no seu principal instrumento repressivo, os militares passaram a contar com aulas de tortura, teóricas e práticas. Um dos primeiros professores dessa macabra disciplina, o já citado Dan Mitrone, demonstrava suas requintadas técnicas em mendigos recolhidos das ruas de Belo Horizonte. Posteriormente, tornaram-se cobaias, os próprios prisioneiros feitos pela ditadura³⁸.

A pesquisa Brasil. Nunca Mais, com base em processos do Tribunal de Justiça Militar, contabilizou uma cifra de 843 denúncias de depoentes, que haviam sofrido algum suplício nas mãos dos militares. Dessas testemunhas, foi possível isolar 283 tipos diferentes de torturas, que foram subdivididas pela pesquisa em “moral/psicológico, físico geral e físico específico. Espancamentos eram sistemáticos, quase umas boas-vindas ao prisioneiro. Poderiam se constituir em socos e pontapés, ou surras com objetos específicos (como cassetetes, pedaços de madeira, correntes, ou ainda, no caso de necessidade de não deixar marcas no preso, espancamentos com cassetetes feitos com jornal molhado ou com toalhas molhadas). Assim, vou apresentar uma lista de 10 tipos mais conhecidos de tortura utilizados durante o Regime Militar.

Pau-de-arara: O Pau-de-arara consistia numa barra de ferro, que era atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o conjunto colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 centímetros do solo. Este método quase nunca era utilizado isoladamente, seus complementos normais, eram eletrochoques, à palmatória e O afogamento.

Choque Elétrico: O Choque Elétrico foi, um dos métodos de tortura mais cruéis e largamente utilizados durante o regime militar. Geralmente, o choque era dado através telefone de campanha do exército, que possuía dois fios longos, que eram ligados ao corpo nu, normalmente nas partes sexuais, além dos ouvidos, dentes, língua e dedos. O acusado, recebia descargas sucessivas, a ponto de cair no chão.

³⁸ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985,p.32.

Pimentinha: A Pimentinha, era uma máquina, que era constituída de uma caixa de madeira, que no seu interior, tinha um ímã permanente, no campo do qual girava um rotor combinado, de cujos terminais uma escova recolhia corrente elétrica, que era conduzida através de fios. Essa máquina, dava choques em torno de 100 volts no acusado.

Afogamento: No Afogamento, os torturadores fechavam as narinas do preso e colocavam uma mangueira, toalha molhada ou tubo de borracha, dentro da boca do acusado para obrigá-lo a engolir água. Outro método, era mergulhar a cabeça do torturado num balde, tanque ou tambor cheio de água (ou até fezes), forçando sua nuca para baixo até o limite do afogamento.

Cadeira do Dragão: A Cadeira do Dragão, era uma espécie de cadeira elétrica, onde os presos sentavam pelados, numa cadeira revestida de zinco ligada a terminais elétricos. Quando o aparelho era ligado na eletricidade, o zinco transmitia choques a todo o corpo. Muitas vezes, os torturadores enfiavam na cabeça da vítima um balde de metal, onde também eram aplicados choques.

Geladeira: Na Geladeira, os presos ficavam pelados numa cela baixa e pequena, que os impedia de ficar de pé. Depois, os torturadores alternavam um sistema de refrigeração superfrio e um sistema de aquecimento, que produzia calor insuportável, enquanto alto-falantes emitiam sons irritantes. Os presos ficavam na “geladeira” por vários dias, sem água ou comida.

Palmatória: A Palmatória, era como uma raquete de madeira, bem pesada. Geralmente, este instrumento, era utilizado em conjunto com outras formas de tortura, com o objetivo de aumentar o sofrimento do acusado. Com a palmatória, as vítimas eram agredidas em várias partes do corpo, principalmente em seus órgãos genitais.

Produtos Químicos: Havia vários Produtos Químicos, que eram comprovadamente utilizados como método de tortura. Para fazer o acusado confessar, era aplicado soro de pentotal, substância que fazia a pessoa falar, em estado de sonolência. Em alguns casos, ácido era jogado no rosto da vítima, o que podia causar inchaço ou mesmo deformação permanente.

Agressões Físicas: Vários tipos de Agressões Físicas, eram combinados às outras formas de tortura. Um dos mais cruéis era o popular “telefone”. Com as duas

mãos em forma de concha, o torturador dava tapas ao mesmo tempo contra os dois ouvidos do preso. A técnica era tão brutal, que podia romper os tímpanos do acusado e provocar surdez permanente.

Tortura Psicológica: De certa forma, falar de Tortura Psicológica, é redundância, considerando que todo o tipo de tortura deixa marcas emocionais que podem durar a vida inteira. Porém, havia formas de tortura, que tinha o objetivo específico de provocar o medo, como ameaças e perseguições que geravam duplo efeito: fazer a vítima calar ou delatar conhecidos³⁹.

Conforme Chiavenato (1994, página 131), “um balanço ainda precário registra a prisão de 50 mil pessoas. Pelo menos 20 mil sofreram torturas. Além dos 320 militantes de esquerda mortos, outros 144 continuam desaparecidos. No fim do governo Geisel existia cerca de 10 mil exilados. As cassações atingiram 4.682 cidadãos. Foram expulsos das faculdades 243 estudantes”⁴⁰.

Estupro foi comum no tratamento com as mulheres, mas outras formas de abusos sexuais, também foram aplicadas às prisioneiras. Uma delas foi torturada juntamente com outro homem, e “receberam aplicações de choque procedidas pelos policiais, obrigando a interrogada a tocar os órgãos genitais de ‘Pedro’ para que dessa forma, recebesse a descarga elétrica”.

Nem mesmo a gravidez foi respeitada nos “porões” da ditadura. Algumas mulheres abortaram simplesmente por coação psicológica, por medo. Para outras, a tortura, foi à causa da perda de seus bebês. Até mesmo a inocência foi torturada, pois crianças sofreram abusos; psicológicos e físicos, sem mesmo saber ou compreender o porquê. Algumas crianças, sofreram ameaças ou foram objetos de chantagem dos militares e policiais para com seus pais e mães. Outras, de fato foram torturadas, como a pequena Isabel Gomes da Silva, de quatro meses. Cada vez, que os torturadores questionavam sua mãe e esta respondia que não sabia de nada, aplicavam choques elétricos na menina.

³⁹ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985,p.42

⁴⁰<<https://www.folhadelondrina.com.br/opinioao/para-nao-dizer-que-nao-falei-das-dores-305344.html>,>Acesso em 30 de Março de 2018,19:00hs

O Estado de São Paulo, abrigou pelo menos três centros de tortura: a Casa do Ipiranga, que ficava próxima ao atual Museu do Ipiranga e que concentrava os militantes de esquerda, que passaram a colaborar com os militares, na capital; a Fazenda 31 de Março, localizada próxima da Represa Guarapiranga; e a Casa de Itapevi, na região metropolitana da capital.

O Brasil estava livre do comunismo, e de repente, os militares começaram a desrespeitar os direitos humanos. Torturas, tudo mais; então a Igreja, que era uma voz de consenso em relação à revolução, começou a ser uma voz de dissenso, a denunciar. Não estava junto àquelas coisas, a prisão, a tortura, o desaparecimento de pessoas, começou a ser um dissenso a não concordar com o regime

Foi, nesta conjuntura, que a Igreja católica assumiu um papel de destaque na luta contra a repressão e a tortura, e na defesa dos direitos humanos, transformando-se na mais importante instituição de oposição à ditadura militar. Um dos fatores, que ajudou a entender a postura da Igreja Católica, foi as mudanças nas diretrizes pastorais e teológicas. O Concílio Vaticano II, O contexto mundial, também, era de mudança das sociedades. As encíclicas papais e as constituições pastorais promulgadas no decorrer desse evento legitimaram inovações teológicas e pastorais que mudaram os rumos do catolicismo mundial. Nos países em desenvolvimento, como era o caso do Brasil, estas mudanças foram marcantes. A Igreja Católica foi, durante séculos, uma instituição elitista⁴¹ e conservadora, mas se modernizou e se aproximou das classes populares, empenhando-se na promoção da justiça social e na defesa dos Direitos Humanos.

À medida que, a Igreja aumentava sua influência junto às classes populares, padres, freiras, bispos, arcebispos, também se transformaram em alvos da repressão militar. Pouco a pouco, representantes da Igreja, passaram a assumir uma postura mais severa, e criticada com relação aos governos militares, opondo-se à tortura e à violência repressiva. Ao se opor de modo cada vez mais forte contra a ditadura, a Igreja atraiu diferentes grupos e setores sociais, que também eram vítimas da repressão.

⁴¹Pessoa que se acha mais valorizada, de melhor padrão e de melhor qualidade comparada aos demais indivíduos num contexto social.<http://www.dicionarioinformal.com.br/elitista/> Acesso em 24 de março de 2018, 20:00hs

2-5 Invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1977

A PUC-SP foi fundada em 1946, a partir da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (fundada em 1908) e da Faculdade Paulista de Direito. Agregadas a elas, mas, com estruturas administrativas financeiras independentes, estavam outras quatro instituições da Igreja. A missão, Universidade Católica de São Paulo, era formar lideranças católicas e os filhos da elite paulista.

As atitudes ousadas da Universidade a colocaram na linha de frente do combate à ditadura militar como defensora da liberdade, dos direitos e da democracia. Nos anos 1970, a Universidade contratou professores, que haviam deixado as instituições públicas, em que trabalhavam aposentados compulsoriamente pelos militares. Passaram a fazer parte dos quadros da PUC-SP intelectuais como: Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Bento Prado Jr., José Arthur Gianotti.

O cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (então arcebispo metropolitano de São Paulo) e a reitora Nadir Gouvêa Kfoury, abriram as portas da PUC-SP para receber o encontro, que aconteceu entre os dias 6 e 13 de julho de 1977. A noite de, 22 de setembro de 1977, ficou marcada na história da PUC-SP. Naquela data, forças policiais invadiram o campus Monte Alegre e deixaram um rastro de depredação e truculência, tanto nas paredes da Universidade quanto em seus corpos docente, discente e administrativo.

Aconteceu uma assembléia, na frente do teatro da universidade, o TUCA, para tratar da reorganização da União Nacional dos Estudantes, desarticulada pelos militares em 1968, com a prisão de seus dirigentes em Ibiúna, interior de São Paulo, e da realização do 3º Encontro Nacional dos Estudantes, proibido pelo regime um dia antes. Cerca de 2 mil estudantes e apoiadores estavam reunidos.

Por volta, das 21h50 daquele dia, quando foram interrompidos por 3.000 policiais, militares e civis, apoiados por carros blindados, a tropa lançou bombas e investiu com violência contra os estudantes, que tentaram se refugiar dentro da universidade. Os policiais arrombaram as portas das salas, prendendo e espancando professores, funcionários e alunos, seis estudantes sofreram queimaduras⁴². Quem não tinha uma relação direta com a PUC, ou tinha algum registro anterior na polícia por

⁴²<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2309200711.htm>> Acesso em 05 de abril de 2018. 17:00hs

atividade política, foi preso. Foram mais de 500 pessoas, levadas para um batalhão da PM, o Tobias de Aguiar, na Avenida Tiradentes, o grupo foi levado de ônibus a partir da rua Monte Alegre.

Os presos passaram a noite sendo questionados. Foram fotografados, tiveram as impressões digitais retiradas e foram fichados pelo DOPS, (a polícia política), tendo sido libertados no dia seguinte. Alguns deles foram processados com base na Lei de Segurança Nacional.

“Eu estava em Roma quando o Erasmo Dias, então secretário de Segurança do estado de São Paulo, invadiu a PUC sem dizer ou ter motivo nenhum. Os estudantes estavam em exame e os policiais destruíram mais de 2 mil cópias de documentos, estragaram o refeitório, danificaram os instrumentos musicais e até derrubaram um professor no chão. “Eu fui chamado às pressas de Roma e, na manhã seguinte, já dei uma declaração ao desembarcar no aeroporto, dizendo que ‘na PUC só se entra prestando exame vestibular, e só se entra na PUC para ajudar o povo e não para destruir as coisas’. Depois, nós fizemos toda uma reação contra eles e toda uma manifestação junto aos estudantes.”⁴³

Espécie de guardião da memória da invasão, o professor do departamento de teologia Jorge Claudio Ribeiro, autor do filme "Não Se Cala a Consciência de um Povo" sobre o episódio, aponta a importância que ele ganharia na luta pela redemocratização do país: "Naquele momento, a PUC estava na dianteira da luta pelo fim da ditadura, com dom Paulo Evaristo Arns [cardeal-arcebispo de São Paulo] participando ativamente dos movimentos pelos direitos humanos. Foi um ato que chocou a “sociedade”.

2.6 A luta dos Direitos Humanos contra a Ditadura

O primeiro presidente desse novo governo, o General Humberto de Alencar Castelo Branco, foi escolhido pouco mais de uma semana após o golpe e, seguindo uma tradição positivista, os militares buscaram legitimar o novo regime, a partir da expedição de Atos Institucionais, conhecidos como AI – foram dezessete, no total,

⁴³Celso Lungaretti. «D. Paulo Evaristo Arns, um imprescindível». Congresso em Foco. Consultado em 10 de fevereiro de 2015

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Invas%C3%A3o_da_Pontif%C3%ADcia_Universidade_Cat%C3%B3lica_de_S%C3%A3o_Paulo_em_1977 /> Acesso em 04 de abril de 2018, 16:00hs

desde 1964 até 1969. Não se pode esquecer que o AI-5, além de permitir ao presidente decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores (art. 2º), também permitia a suspensão dos direitos políticos, de qualquer cidadão por 10 anos, excluídas as limitações constitucionais, bem como a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (art. 4º). Ademais, o art. 6º do ato suspendeu as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade.

No entanto, as disposições mais gravosas previstas pelo ato, referem-se ao acesso à justiça pelo preso político. Por meio do disposto nos artigos. 10 e 11 do AI-5, foram suspensas a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular e excluía-se da apreciação judicial todos os atos praticados conforme o AI-5. Nesse sentido, importante destacar que, em se tratando dos crimes praticados pelos perseguidos pelo regime militar, o estudo realizado pela Arquidiocese de São Paulo e publicado na obra “Brasil: Nunca Mais”, registrou que relativamente à

[...] frequência do tipo de acusação que era dirigida aos réus demonstrou que, em primeiro lugar, aparecia a questão da militância em organização partidária proibida: 4.935 casos. Em seguida, vem a acusação de participação em ação violenta ou armada, com 1.464. No que toca a 18 pessoas, o motivo do processo consistiu na manifestação de ideias por meios artísticos, o que contraria obviamente a própria Constituição outorgada pela Junta Militar em 1969 e sua antecessora de 1967. A participação em diferentes postos do governo deposto em 1964, bem como a simples identificação política com ele, foram motivo de incriminação em 484 casos⁴⁴.

Portanto, a suspensão do habeas corpus, e a impossibilidade de apreciação judicial dos atos praticados determinada pelo AI-5 foi, de todas, a mais austera das medidas, uma vez que os militantes políticos ficaram, por óbvio, totalmente expostos aos abusos dos militares. A situação se torna ainda mais preocupante se analisarmos outros dados fornecidos pelo estudo supracitado, segundo o qual,

[...] a respeito do item sobre a comunicação ao juiz das prisões efetuadas constituem outro índice expressivo da ilegalidade rotineira que se verificava no exercício da repressão política:

⁴⁴ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p.86-87.

- Não consta qualquer comunicação = 6.256 casos (84%);
- Comunicação feita no prazo legal = 295 casos (4%);
- Comunicação fora do prazo legal = 816 casos (12%)⁴⁵.

Com a realização do Concílio Vaticano II, é iniciado, no interior da Igreja Católica latino-americana, um ciclo no qual, a preocupação com as causas sociais ganharia destaque. A repercussão mais clara dessa orientação no Brasil, é a Comissão de Justiça e Paz, fundada em 1969, que se afirmou como um dos marcos da articulação da causa dos direitos humanos no Brasil.

A emergência da causa dos direitos humanos no Brasil dá-se, a partir da década de 1970, no cenário da articulação de grupos políticos em torno das reivindicações pelo restabelecimento de direitos. Dentre os vários segmentos envolvidos com a causa, destacam-se as diferentes organizações católicas.

Em 1972, é criada uma seção no Estado de São Paulo, em 1973, no Estado do Rio Grande do Sul. O envolvimento de setores da Igreja com as famílias de presos políticos, contribuiu para a articulação, de um núcleo de defesa jurídica dos perseguidos pelo regime, este grupo, formado, predominantemente, de advogados católicos, reunidos em torno da Comissão de Justiça e Paz, pode ser identificado a uma geração de juristas paulistas que teve suas carreiras políticas abreviadas pelo golpe militar.

A partir desse momento, a causa atinge uma perspectiva mais ampla, voltada à preservação de direitos coletivos, sendo as áreas prioritárias de ação: a violência policial, o saneamento básico, as creches, a orientação trabalhista e a organização de grupos de saúde⁴⁶. É deste modo, a formação do Grupo Tortura Nunca Mais, em 1985, fundado por: expressos políticos, familiares de mortos e desaparecidos ao longo do regime militar.

Nos anos 60 e 70, a violência arbitrária do Estado, e o desrespeito às garantias fundamentais fizeram com que indivíduos e grupos se voltassem contra o regime autoritário, em nome da defesa dos direitos humanos. As primeiras comissões de direitos humanos foram instituídas a partir da década de 70, e chamaram a atenção para a tortura e os assassinatos de dissidentes e presos políticos revelando as condições gritantes das prisões brasileiras.

⁴⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p.87.

⁴⁶ VIEIRA, José Carlos. *Democracia e Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2005, p.49.

Nos anos 80 e 90, entretanto, o aumento da criminalidade e da insegurança, agora sob o regime democrático, levou indivíduos e coletividades a se voltarem contra a defesa dos direitos humanos, os quais alegavam que tais direitos serviam mais aos criminosos e aos delinquentes do que às vítimas.

Foi nos primórdios da década de oitenta, no fim da ditadura militar e com a Constituição de 1988 que a questão do acesso à justiça se tornou matéria relevante.

Por meio da Constituição Federal, o acesso à justiça tornou-se direito fundamental, a Constituição foi resultado de movimentos, e previu vários mecanismos para garantia do acesso à justiça. Barroso comenta que a Constituição foi símbolo de sucesso na história.

Ao longo desse período, diversos episódios poderiam ter deflagrado crises que, em outros tempos, teriam levado à ruptura institucional. O mais grave deles terá sido a destituição, por impeachment, do primeiro presidente eleito após a ditadura militar. Mesmo nessa conjuntura, jamais se cogitou de qualquer solução, que não fosse o respeito à legalidade constitucional. A Constituição de 1988 foi o rito de passagem para a maturidade institucional brasileira.

Assim, o direito de acesso à justiça, aparentou diverso ao longo da história brasileira, mas apenas adotou característica de direito concreto e efetivo após a “promulgação da Constituição de 1988, pois não obstante as evoluções apresentadas nas constituições anteriores, é sob a atual constituição que passa a ser concretizado em todo o território nacional”⁴⁷.

2.7 Concílios Vaticano II, Medellín: novas perspectivas

As transformações políticas ocorridas no Brasil na década de 1960, principalmente, após a instalação dos militares no poder executivo a partir de 1964, coincidem com as mudanças, que a Igreja Católica passa a experimentar a partir do Concílio Vaticano II – 1962-1965⁴⁸, das Conferências Episcopais em Medellín (1968) e

⁴⁷ SPENGLER, Fabiana Marion; BEDIN, Gabriel de Lima. *O Direito de Acesso à Justiça como o mais Básico dos Direitos Humanos no Constitucionalismo Brasileiro: Aspectos Históricos e Teóricos*. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 13, n. 13, p.145. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/44>>.

Acesso em 18 de abril de 2018, 18:30hs

⁴⁸ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p.147

em Puebla (1979), da qual resulta a renovação da Igreja nos moldes da sociedade emergente.

A Igreja experimentava uma nova orientação político-social; evidenciou, a partir daí no final da década de 1960 e início de 1970, que essa instituição religiosa procurou promover mudanças em suas diretrizes, buscando uma aproximação maior com as classes menos privilegiadas, de maneira diferente da que ocorrera até então. O olhar novo que a Igreja lançou sobre essa realidade, na qual “crescimento e pobreza” constituem um inseparável binômio⁴⁹.

Buscou-se fundamentar e se expressar prática e coerentemente, em três direções: na da própria Igreja-instituição, em suas 25 estruturas, estratégias e ação concretas e, também, em sua teologia; em direção a uma crítica social ampla, alicerçada na opção preferencial pelos pobres, tornada real na “Igreja que nasce do povo”; na linha de relacionamento autônomo com o Estado e seus representantes governamentais. São ópticas, que se complementam, refletindo a dialética social do mundo brasileiro, no qual a Igreja de São Paulo buscava um novo protagonismo. A Conferência Episcopal, realizada em Medellín (1968), trouxe algumas novas considerações, que foram colocadas em pauta, para serem encaminhadas na América Latina; tratava-se de libertar a ação pastoral de seu caráter conservador, oficializar as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e valorizar as religiosas no atendimento paroquial.

A Igreja Católica Latino Americana, a partir de Medellín, passou a analisar, com espírito crítico, o seu modo de evangelizar e sua forma de inserção na sociedade.

A ação pastoral empenhou-se contra a estrutura injusta e desigual da sociedade latino-americana. Esses ventos que sopravam de Medellín, essa situação de mudanças caracterizava um momento sócio-político presente em todo o Continente, embora de modo não homogêneo. Assim o denunciavam, com todas as letras, (...) frutos das propostas e revisões que, nos anos impetuosos do pós-Concílio, levaram a Igreja latino-americana a reconsiderar decididamente sua vinculação com os segmentos empobrecidos da população⁵⁰.

⁴⁹ CAMARGO, C. P. F. de. *Igreja e Desenvolvimento*. São Paulo: Cebrap, 1971.

⁵⁰ GOUVÊA, Maria das Graças. *Educação Popular junto aos movimentos sociais: o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP Campo Limpo/Zona Sul*. SP: PUC Tese de Doutorado, 1997, 220 p.29

O Concílio Vaticano II e a Conferencia de Medellín foram uma tentativa de resposta frente aos desafios que anunciavam uma nova hora. Não esqueçamos que mesmo entre os historiadores existem aqueles que os enxergam como uma virada época, um bom adjetivo para aqueles fins dos anos 1960, marcado por certo incremento na visão dos novos tempos.

Conclusão do capítulo.

A censura só foi encerrada, de fato, com o fim da ditadura militar, mas as produções que surgiram naquele contexto não permitem que essa realidade seja apagada de nossa História. Em 1978 o AI-5 foi revogado e a ditadura começou a perder força. Deu-se início a um lento processo de redemocratização que se concluiu com a campanha Diretas-já. Com o processo de abertura, observou-se que os jornais, rádios começaram a ter maior liberdade para cumprirem a sua função pública original.

CAPÍTULO III– Os bispos em São Paulo no período de 1965 a 1985

Introdução do capítulo.

Esse grande Concílio, o mais ecumênico de todos, refez a rota fundamental da Igreja ao colocá-la de frente com o mundo moderno. A Igreja, que estava distante da chamada modernidade e segura de sua posição e verdade, foi capaz de reposicionar-se e elaborar uma nova doutrina sobre o mundo e sobre si mesma.

A partir desse contexto, no período da Ditadura Militar, houve um envolvimento dos bispos em São Paulo, em ações contra a manutenção do status quo defendido pela elite econômica nacional e estrangeira e representadas pelos militares no poder político.

3-1 A Modernidade Católica: O Vaticano II (1962-1965) e os Ensinamentos Sociais de João XXIII e Paulo VI na Abertura ao Mundo Moderno

O Concílio Vaticano II (1962/1965), e as Encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) constituem o ideal joanino do *aggiornamento* (atualização) da Igreja, em relação ao mundo moderno. A convocação e a realização do Vaticano II, não foi bem recebida pelos setores mais conservadores da Cúria Romana, que se dispõe a aceitá-lo apenas como apêndice do Concílio Vaticano I, ocasião de solene aprovação do onipresente magistério pacceliano. Fora dos muros do Vaticano, o Concílio era aguardado, segundo as expectativas ideológicas dos respectivos governos⁵¹.

No mundo socialista, esperava-se o fim dos anátemas⁵² e, nos países capitalistas, era visto como um ato de “resistência ao comunismo”. João XXIII, vai estabelecer um caminho próprio: continuará alertando contra o ateísmo marxista, mas “a luta contra o comunismo não predomina mais no magistério papal; o papa João não o subestima, mas o relativiza; o horizonte histórico da ação da Igreja é, a seu ver, muito mais vasto e complexo”⁵³.

Caso considerarmos que o Documento de Medellín (1968) teve forte presença do episcopado brasileiro, torna-se por demais significativas suas referências ao poder militar e sua relação direta com a guerra-fria. A Conferência de Medellín coloca não só o problema dos regimes ditatoriais; como também das insurreições revolucionárias que

⁵¹ ALBERIGO, G. (coord.) *História do Concílio Vaticano II*, V. I, Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.p.58.

⁵² Anátema é uma palavra canônica (relativa às regras da igreja) que se refere à condenação de uma doutrina contrária a qualquer verdade do Evangelho de Cristo

⁵³ ALBERIGO, G. (coord.) *História do Concílio Vaticano II*, V. I, Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.p.58,67.

os combatem. O episcopado, com base em Paulo VI, reconhece a legitimidade da insurreição revolucionária, contra um regime ditatorial, ou uma situação estrutural de injustiça, mas pondera que: “a violência ou revolução armada geralmente ‘gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios e provoca novas ruínas; nunca se pode combater um mau real pelo preço de uma desgraça maior’. A Conferência de Medellín, mesmo oscilando entre posições reformistas e libertadoras; é um marco histórico: ela é “o acontecimento mais importante da Igreja latino-americana do século XX”.

Igreja passou a planejar esforços, para transformar a sua relação com a sociedade. Sua renovação favoreceu o engajamento nas lutas em prol da justiça social e a defesa dos direitos humanos. Outro evento que marcou sua trajetória foi a II Assembléia Geral do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), o qual dom Hélder⁵⁴; ajudou a fundar. Nesta assembléia, realizada em Medellín, Colômbia, em 1968, os bispos elaboraram uma declaração pela qual clamavam por justiça social e condenavam o subdesenvolvimento e a violência na América Latina.

A justiça social, significava uma forma de se ter uma sociedade mais igualitária, em que os direitos humanos e a democracia fossem respeitados, entretanto, no Brasil, com o regime militar atuando contra a subversão, que na época tinha uma definição muito ampla, qualquer ação, que ameaçasse o governo ou criticasse o regime, como organizações camponesas, movimentos estudantis e canções de protesto, passou a ser perseguida.

A participação da Igreja Católica nos anos da ditadura no Brasil, passa por dois extremos: do apoio ao repúdio. O entusiasmo e a euforia com os quais o Golpe, foi inicialmente recebido e apoiado por grande parte da Igreja, aos poucos foi substituído pela oposição e contestação, na medida em que o regime se revelou intolerável. Em um período, que passou a ser marcadas pelas mais diversas formas de violação aos direitos humanos. Era momento de repensar a relação da fé católica com o ambiente político e social que, a cercava; um sopro de mudança, na qual demorou um pouco a arejar o alto comando da Igreja brasileira.

⁵⁴Dom Hélder Câmara, então secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Mostrando-se contrário ao regime, dom Hélder foi transferido para a Arquidiocese de Olinda e Recife. “Em maio de 1970, denunciou a prática de tortura no Brasil em uma grande reunião em Paris. Esse e outros pronunciamentos levaram os furiosos generais a considerá-lo um traidor.

3-2 O nascimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Fundada em 1952, é um organismo permanente que reúne os Bispos católicos do Brasil, que, conforme o Código de Direito Canônico, exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor dos fiéis do seu território, a fim de promover o maior bem que a Igreja proporciona aos homens, principalmente, em formas e modalidades de apostolado devidamente adaptadas às circunstâncias de tempo e lugar, de acordo com o direito canônico 447.

Cân. 447 — A Conferência episcopal, instituição permanente, é o agrupamento dos Bispos de uma nação ou determinado território, que exercem em conjunto certas funções pastorais a favor dos fiéis do seu território, a fim de promoverem o maior bem que a Igreja oferece aos homens, sobretudo por formas e métodos de apostolado convenientemente ajustados às circunstâncias do tempo e do lugar, nos termos do direito⁵⁵.

A CNBB elegeu em 1964 uma direção conservadora. A presidência ficou com dom Agnelo Rossi, que, logo em seguida seria nomeado pelo papa Paulo VI arcebispo de São Paulo, vago pela transferência do cardeal dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, para a nova arquidiocese de Aparecida do Norte (SP), em fevereiro de 1965, no consistório presidido pelo papa Paulo VI, foi elevado ao cardinalato.

Com o encerramento da IX Assembléia da CNBB em julho de 1968, para cuja presidência fora reeleito sucessivas vezes até 1970, foi divulgado um documento em que se analisava a situação brasileira, sugerindo-se reformas, apelando-se à não-violência e denunciando-se a falta de liberdade. Nesse período, multiplicavam-se as manifestações de protesto contra o governo, especialmente por parte de estudantes e setores de classe média, registrando-se também a presença de sacerdotes. Dois dias após o encerramento da assembléia, 12 arcebispos e bispos publicaram uma carta dirigida ao presidente Artur da Costa e Silva, na qual mostravam sua incompatibilidade com as críticas feitas ao regime por alguns bispos, padres e leigos. O conselho nacional da TFP, por sua vez, promoveu

⁵⁵Código de Direito Canônico.<http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf>Acesso em 01 de maio de 2018,19:30hs

uma campanha nacional de denúncia da “comunização⁵⁶ do clero no Brasil”⁵⁷.

Representando uma tentativa de centralizar o poder da Igreja, que se encontrava fracionado em dezenas de dioceses espalhadas pelo país, a CNBB se caracterizou no decorrer dos anos menos por uma atividade assistencialista do que por uma presença ativa no campo social. A sede da CNBB foi transferida para Brasília em outubro de 1977, sendo oficialmente inaugurada na nova capital federal no mês de novembro seguinte.

3-3 A arquidiocese de São Paulo, no período de Dom Agnelo Rossi (1964-1970)

Agnelo Rossi, nasceu em Joaquim Egídio, município de Campinas (SP), em 4 de maio de 1913. Ingressou em janeiro de 1926 no Seminário Diocesano de Campinas (SP), onde fez o curso ginasial, estudou filosofia e iniciou o aprendizado de teologia. Em março de 1937, foi ordenado sacerdote na basílica de São João de Latrão, em Roma. De volta ao Brasil, no fim desse ano, iniciou a carreira eclesiástica, como secretário particular do bispo diocesano de Campinas, dom Francisco de Campos Barreto.

Publicou Diretório protestante no Brasil (1938), Formação de estagiários da Ação Católica (1944), Filosofia do comunismo (1947), Preparação para o casamento (1952), Diretrizes pastorais (1969) e Brasil: integração de raças e nacionalidade (1991).

Em setembro de 1962, substituiu dom Luís do Amaral Mousinho, assumindo a arquidiocese de Ribeirão Preto (SP), onde implantou o Plano de Emergência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Plano da Pastoral de Conjunto, dessa mesma entidade.

O Concílio Vaticano II despertou uma renovação da vida eclesial em São Paulo, pois possibilitou uma maior participação leiga na vida da igreja paulistana. A maior mudança operada pelo Concílio foi, quando à definição de Igreja, que passou a ser sinônimo de Povo de Deus. Os leigos começaram a assumir diversas atividades, até

⁵⁶Ato de comunizar. Estado de ser comunista.

⁵⁷CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

(CNBB)<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>>Acesso em 01 de maio de 2018,19:30hs

mesmo a direção de celebrações da Palavra. Apesar do conservadorismo do cardeal Rossi, foi possível implantar muitas das reformas do Conselho⁵⁸.

Na arquidiocese de São Paulo, Dom Agnelo Rossi foi o 16º Bispo e o 4º Arcebispo, criou o Centro Rural Boi Mirim, atual Centro Rural Agnelo Rossi, o Centro de Assistência Integrada às Comunidades Estrangeiras de São Paulo, o Instituto Paulo VI, para a formação de bispos auxiliares e diáconos, o Instituto Mater Ecclesiae, para estudo e desenvolvimento da estrutura paroquial da arquidiocese, e o Centro de Informações Ecclesia. Criou ainda regiões episcopais, entre as quais o bispado de Jundiaí (1964), e cerca de 90 paróquias. Orientou também a aplicação das diretrizes renovadoras do Concílio Ecumênico Vaticano II. Em fevereiro de 1965, no consistório presidido pelo papa Paulo VI, foi elevado ao cardinalato⁵⁹.

D. Agnelo Rossi, deu início à divisão da Arquidiocese de São Paulo, com a instalação da primeira região episcopal na cidade paulista de Jundiaí, em 17 de fevereiro de 1966. D. Antônio Maria Alves de Siqueira, que era seu arcebispo-coadjutor (ou seja, havia sido nomeado bispo com direito de sucessão) (26), foi o primeiro vigário episcopal de Jundiaí, sendo depois sucedido pelo bispo Gabriel Paulino Bueno Couto, que, cuidava da pastoral universitária do arcebispado. Com o empenho pessoal de d. Agnelo Rossi, a região seria transformada em diocese no ano seguinte.

Exatamente, no dia 6 de janeiro de 1967, d. Gabriel Couto, seria empossado como o primeiro bispo da Diocese de Jundiaí. Com o desmembramento dessa região, o território da Arquidiocese reduz-se significativamente, mas ainda assim continua extenso: a área total passaria a ter 5.129, 55 quilômetros quadrados, em 1969⁶⁰.

Em maio de 1969, foi lançado em São Paulo, com o apoio de Agnelo Rossi, um movimento contra os padres que “voluntária ou involuntariamente estão indo de encontro à ordem vigente”. O movimento lançou um manifesto, que ressaltava a necessidade de obediência à hierarquia da Igreja.

⁵⁸SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004*, Paulinas: São Paulo, 2004, p.495.

⁵⁹ROSSI, AGNELO. < <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rossi-agnelo> > Acesso em 01 de maio de 2018, 21:00hs

⁶⁰SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004*, Paulinas: São Paulo, 2004, p.504.

O relacionamento de Dom Agnelo Rossi, com as autoridades civis sempre foi de máxima cordialidade e até benevolência. Na sua carta pastoral de saudação à Arquidiocese de São Paulo, afirmava que manteria relações cordiais com as autoridades civis, sem preocupar-se com as suas posições partidárias. Seria aquela tradicional tentativa de manter uma distância e, às vezes um abismo entre o sagrado e a política.

Quando o arcebispo, começou a exercer sua função em São Paulo, o Presidente da República (Castelo Branco) o governador do Estado (Adhemar de Barros e o prefeito de São Paulo (Prestes Maia), pertenciam a partidos diferentes. Mesmo assim, o cardeal relatou que teve contato, diálogo e entendimento com os três, “trazendo bons resultados para o povo com até para as almas daqueles senhores”. O cardeal, continua suas anotações num tom de intimidade com estes políticos da época do regime militar e a firma:

Castelo Branco, continua meu amigo, mesmo depois que deixou a Presidência da República e visitou-me poucos dias antes de morrer acidentado (havia comungado nesse dia). Adhemar de Barros, teve enfarte mortal em Londres, quando encomendava na Basílica missas por sua conversão, pelo Brasil e pelos seus inimigos. Estive ao lado de Adhemar, no momento crítico, em que recebeu a notícia de cassação de seus direitos políticos; recomendei-lhe, que deixasse imediatamente a casa de sua secretária e fosse ao Palácio do Governo e não tentasse resistir, pois seria derramamento inútil de sangue [...] sempre me mantive ao lado de sua virtuosa esposa, Dona Leonor Mendes de Barros, e também nos funerais e missas de sétimo dia, que celebrei na catedral, discorrendo sobre as qualidades positivas desses grandes Polícia (como eu fiz também com Castelo Branco)⁶¹.

Sobre outras autoridades; o Cardeal sempre afirmava que teve um relacionamento de diálogo e distância para o bem da população, afirmou que sempre foi amigo e Admirador de Faria Lima mesmo antes de este último ser eleito, devia que este político contava com o Cardeal para superar somente um problema na Paulicéia: o humano a única vez em sua anotações em que o Cardeal Rossi acena para um simples sugestão ao governo federal, foi em 1968, mantive igualmente relações cordiais com o Presidente Costa e Silva e que nunca impediu de dizer sinceramente o que as várias

⁶¹SOUZA, *Ney de. Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. 1554-2004, Paulinas: São Paulo, 2004, p.513.

classes pensavam da situação do país e atuação do governo estive em sua posse em Brasília e ainda em 1968 visitei no Rio de Janeiro no Palácio das Laranjeiras, deixando por escrito as aspirações do povo brasileiro igualmente com o Governador Roberto de Abreu Sodré e o novo prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf nós damos muito bem e nós entendemos, tratamos livre e desembaraçado a mente os nossos problemas sem dificuldades⁶².

3-4 Despedida do Cardeal Rossi

Ângelo Rossi, foi chamado pelo Papa Paulo Sexto para cumprir novas tarefas no Vaticano assumindo em 1970. A sagrada congregação para a evangelização dos povos, propaganda Fide despediu-se de São Paulo em uma carta publicada no jornal O São Paulo no dia 31 de outubro de 1970. Na carta, o novo membro da cúria Romana, ressalta a sua estima pelos mais necessitados e carentes, tanto materiais como espiritualmente, não se esqueceu de enumerar as suas obras na Arquidiocese, a criação da diocese de Jundiaí e as divisões da missa em regiões episcopais, emitiu palavras proféticas, quando afirmou sobre o novo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, meu sucessor é íntimo colaborador o caríssimo Dom Paulo Evaristo AIDS apreciado e amado em toda arquidiocese poderá fazer ainda melhor, que este vosso pobre e Modesto servo.

Em 22 de outubro de 1970, foi nomeado prefeito da Sagrada Congregação, para Evangelização dos Povos, órgão com sede no Vaticano e responsável pelo programa de evangelização de 106 países da África, Ásia e Oceania, bem como de 58 dioceses da América Latina, tornando-se o primeiro bispo sul-americano a exercer essa função. Na mesma ocasião, foi aclamado grande chanceler da Pontifícia Universidade Urbaniana, de Roma, onde são formados missionários do mundo inteiro⁶³.

Em dezembro de 1989, o papa João Paulo II aceitou o pedido de renúncia de dom Agnelo da presidência da Administração do Patrimônio da Sede Apostólica. Permaneceu, no entanto, como decano do Colégio Cardinalício, do Conselho para os Negócios Públicos da Igreja, da Congregação para a Doutrina da Fé, para os Bispos,

⁶²SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. 1554-2004, Paulinas: São Paulo, 2004, p.514.

⁶³SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. 1554-2004, Paulinas: São Paulo, 2004, p.517.

para as igrejas Orientais, o Clero, Religiosos e Institutos Seculares, a Causa dos Santos e a Educação Católica.

Na verdade, seu pedido de renúncia à presidência da administração, já havia sido apresentado ao papa desde maio do ano anterior, quando completara 75 anos, conforme determina o Código de Direito Canônico. Mas, por solicitação do papa, permaneceria excepcionalmente, até o ano seguinte, para ajudar com sua experiência na reforma do Banco do Vaticano.

Em virtude de seu delicado estado de saúde, solicitou ao papa João Paulo II em 1993 permissão para retornar ao Brasil. De volta ao país, onde estivera no ano anterior para submeter-se a um tratamento médico, passou a morar no distrito de Helvétia, município de Indaiatuba (SP).

Faleceu em 21 de maio de 1995, sendo sepultado na basílica de Nossa Senhora de Guadalupe, que ajudara a erguer desde seu retorno ao Brasil. Em nota divulgada pelo Vaticano, o papa João Paulo II disse que “agradecia a Deus, por ter entregue à Igreja uma figura tão eminente”. Dom Agnelo foi ainda membro do Instituto Histórico de São Paulo, do Conselho Episcopal Latino-Americano e do Comitê Latino-Americano da Fé⁶⁴.

3-5 A arquidiocese de São Paulo, no período de Dom Frei Paulo Evaristo Arns (1970-1998)

Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016), nasceu em Forquilha, Santa Catarina, no dia 14 de setembro de 1921. Filho de Gabriel Arns e Helena Steiner, descendentes de imigrantes alemães, quinto de treze filhos do casal, tem três irmãs freiras e um irmão, que faz parte da Ordem dos Frades Menores. Era irmão de Zilda Arns, morta em 2010, no terremoto ocorrido em Porto Príncipe, capital do Haiti, onde realizava trabalhos Humanitários. Dom Paulo, iniciou seus estudos em sua cidade natal. Em 1939, ingressou na ordem franciscana do Seminário São Luiz de Tolosa, em Rio Negro no Paraná. Em 1940, entrou no noviciado em Rodeio, Santa Catarina. Foi ordenado padre em 30 de novembro de 1945, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Durante dez anos exerceu o ministério dando assistência à população carente de Petrópolis.

⁶⁴ROSSI, AGNELO.< <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rossi-agnelo>>
Acesso em 01 de maio de 2018,21:00hs

Lecionou no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis e na Universidade Católica de Petrópolis. Coursou Filosofia Cristã e Línguas Clássicas na Universidade de Sorbonne, em Paris, onde se doutorou em 1952. Após retornar ao Brasil, lecionou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Agudos e também em Bauru. Em seguida, voltou para Petrópolis, e como vigário, atuou junto à população carente. De volta a São Paulo, foi indicado bispo auxiliar de Dom Ângelo Rossi, em São Paulo. Em 1970, o Papa Paulo VI, o nomeou Arcebispo Metropolitano de São Paulo. Em 1972, criou a Comissão Brasileira Justiça e Paz, da diocese de São Paulo, para denunciar os abusos do regime militar. Nessa época, peregrinava de quartel em quartel, usando sua influência para libertar dezenas de presos políticos⁶⁵.

São Paulo, 1970. Dom Paulo nas suas Memórias afirma que como bispo auxiliar passa a visitar os presídios da região norte de São Paulo, entre eles o Presídio Tiradentes para onde são enviados presos comuns e políticos. Daí surge o seu aprendizado com os que são violentados pelo regime, inclusive os revolucionários religiosos como os dominicanos, Madre Maurina, e outros. A experiência com os presos políticos ele narra: “Lá encontrei mais ou menos uma dúzia de religiosos, todos eles encarcerados sob o pretexto de subversão. (...) Ouvi tantas coisas e reparei em tantos ferimentos, que não tive mais dúvida de que a tortura se instalara como método de interrogatório para todos os presos políticos”⁶⁶

Perseguidos pela ditadura contra a qual lutaram os revolucionários dominicanos: freis Betto e Fernando, recordam a presença do Dom Arns, visitando os presos políticos no Presídio Tiradentes (SP). Os religiosos presos, que lhes relatam as torturas que sofreram: “historiamos ao prelado nossas prisões, torturas, interrogatórios e ameaças recebidas, também atua como mediador, quando os presos políticos, entre eles os dominicanos, iniciam uma greve de fome em 1972. A atuação em favor dos Direitos Humanos, coloca Dom Paulo na mira repressiva do regime: “a repressão não o poupou. “Sofreu ameaças, calúnias, perseguições e atentados”.

⁶⁵Dom Paulo Evaristo Arns. <<http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/arcebispos/cardeal-dom-frei-paulo-evaristo-arns-ofm>> Acesso em 05 de maio de 2018,09:00hs

⁶⁶ARNS, Dom Paulo Evaristo (2001). *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*, RiodeJaneiro, Sextante. p.150.

“Em 25 de julho de 1972 fui convocado para esse diálogo [Comissão Bipartite]. Como cheguei cedo ao aeroporto, acabei embarcando antes do previsto. No Rio não me esperava ninguém, porque me antecipara ao horário da chegada. Quando entrei na sala percebi certo sobressalto entre os militares. Mais tarde, contou-me o major-médico doutor Luis que estavam planejando um ‘acidente’ para mim entre o aeroporto e a sede da CNBB, o que seria facilimo de realizar se eu tivesse chegado na hora do rush carioca”⁶⁷

Para atingir Dom Paulo o regime amordaça os meios de comunicação da Arquidiocese, persegue e tortura os agentes das pastorais, principalmente a operária. Contra as torturas e em favor dos Direitos Humanos, ele transforma a Comissão de Justiça e Paz em trincheira de combate à ditadura. Sua história de Dom Paulo, se cruza com a do regime desde o início em 1964. Como a maioria do clero, o então Frei Evaristo apoia o golpe de Estado. Mas, aos poucos, a parte mais consciente e progressista dos religiosos consegue enxergar nas medidas arbitrárias do novo regime a sua verdadeira face. Dom Arns recorda o momento dessa sua inflexão.

“Minha mudança ocorreu com a cassação dos antigos presidentes. (...). As pessoas eram cassadas, sem julgamento, por ordem superior, como se fosse questão administrativa. Outro fator importante ao ser nomeado bispo auxiliar de São Paulo, em 1966, fui trabalhar na zona norte, onde fica a maioria dos presídios. Ao visitá-los, descobri a tortura. Em 1970, num sábado à tarde, quando sabia que os delegados saíam para passear, vesti minha indumentária de cardeal e arrisquei: fui ao Dops tentar ver os presos torturados. Quando tentaram me barrar, ergui a voz, disse que era o arcebispo de São Paulo e que a Constituição me assegurava o direito de visitar os religiosos. Entrei e conheci as pessoas torturadas. Eram tantas. Saí de lá dizendo: ‘Não é possível conviver com um regime que tortura’”⁶⁸.

⁶⁷ARNS, Dom Paulo Evaristo (2001). *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*, RiodeJaneiro, Sextante. p.353.

⁶⁸Entrevista com D. Paulo Evaristo Arns.<<https://palavrastodaspalavras.wordpress.com/2008/04/16/1964-entrevista-com-dom-paulo-evaristo-arns-efeitos-ainda-persistem/>> Acesso em 05 de maio de 2018,10:00hs

3-6 As Missões do Povo de Deus

Ainda como bispo auxiliar, D. Paulo, iria conduzir uma ação pastoral de grande repercussão na região norte. As chamadas Missões do Povo de Deus. Teriam funcionado como impulso inicial para o surgimento das primeiras comunidades eclesiais de base (as CEBs) na região onde ele atuava. As Missões do Povo de Deus.

Consistia em um treinamento teórico oferecido, gratuitamente, a alguns leigos indicados pelas paróquias (Teriam sido cinco paroquianos representantes), que, uma vez treinados, deveriam reproduzir os ensinamentos apreendidos para outros leigos.

Podemos afirmar que, durante esses treinamentos, programados para acontecer, sempre à noite, durante uma semana em cada paróquia –, os membros da equipe regional ensinavam os participantes sobre como formar e manter viva uma comunidade de base. Eles davam aulas, por exemplo, sobre como conduzir uma reunião, colher depoimentos, fazer votações, escolher as lideranças e saber fazer revezamento entre os dirigentes. Por sua vez, a D. Paulo, caberia a tarefa de expor os textos conciliares e as ações e atividades propostas pelo Plano de Pastoral de Conjunto⁶⁹.

Esse novo Plano Pastoral da CNBB, foi lançado, em janeiro de 1966, para servir de instrumento de orientação para o planejamento pastoral das dioceses em todo o País, por um período de cinco anos, até dezembro de 1970. A novidade, é que as seis principais diretrizes pastorais elaboradas e aprovadas pelos bispos brasileiros, foram inspiradas nos documentos conciliares. São elas: Unidade visível da Igreja católica, ou seja, a chamada “unidade visível” engloba as diversas estruturas da instituição (dioceses, paróquias, comunidades de base, etc) e seu corpo de membros atuantes (bispos, padres, religiosos e leigos); ação missionária; catequética, aprofundamento doutrinal e reflexão teológica; ação litúrgica; ação ecumênica; e ação da Igreja no mundo⁷⁰.

D. Paulo estava recém-empossado no cargo, quando esse episódio aconteceu. No dia 27 de janeiro de 1971, o padre Giulio Vicini, que era pároco de uma igreja naquela

⁶⁹Cardeal Dom Paulo Há 50 anos, testemunha da esperança. <http://ujucasp.org.br/imprensa/noticias_publicadas/cardeal-dom-paulo.pdf> Acesso em 05 de maio de 2018, 12:00hs

⁷⁰CNBB. *Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970)*. São Paulo: Paulinas, 2004. Na parte da apresentação do documento, d. Odilo Pedro Scherer, que, na época, era secretário-geral da CNBB, cita os textos conciliares em que foram baseadas as orientações pastorais da instituição. Inclusive, ele dá a entender que o Plano Pastoral, após a vigência inicial de cinco anos, teria sido reformulado, passando a ter periodicidade quadrienal – o que realmente ocorre até hoje.

região e a assistente social leiga Yara Spadini, que atuava como secretária da região foram levados presos para o DEOPS, depois de uma blitz no local pela polícia. Os investigadores encontraram um estêncil, ainda não mimeografado, com o relato de prisões de operários que trabalhavam na cidade paulista de Mauá, um dos quais morreria depois de torturado.

Tendo sido informado dos fatos, no dia seguinte, 28 de janeiro, D. Paulo, decide ir pessoalmente ao DEOPS, mas não consegue encontrar-se com os presos. Esse encontro, iria acontecer somente dois dias mais tarde, após ele ter obtido autorização judicial para vê-los. E, durante a visita, ele constataria as torturas físicas sofridas por seus colaboradores. Tendo confirmado pessoalmente as agressões, sua providência imediata foi denunciar ao então governador, Roberto Costa de Abreu Sodré, o que teria acontecido com o padre e a assistente social. O governador, teria recomendado que ele levasse médicos de sua confiança para examinar os presos. No entanto, os médicos (um traumatologista, um ortopedista e um cardiologista) contatados pelo arcebispo para fazer o exame de ambos teriam sido constantemente impedidos de encontrar-se com os presos⁷¹.

Diante desses acontecimentos, D. Paulo tomaria uma decisão extraordinária: a de denunciar publicamente as torturas físicas e psíquicas sofridas pelo padre e pela assistente social e protestar contra as versões policiais veiculadas, pela imprensa local de que os presos seriam “subversivos”.

A nota de protesto-denúncia, foi divulgada no jornal O São Paulo, o semanário da Arquidiocese, na qual d. Paulo Arns determinava ainda que o texto fosse afixado nas portas das igrejas e oratórios públicos, sem, porém, ser lido ou comentado durante os atos religiosos. A nota do arcebispo, repercutiu no Brasil e também no exterior, tendo sido reproduzida por jornais e emissoras de rádio⁷².

3-7 A Comissão Justiça e Paz de São Paulo

A prisão arbitrária do padre Giulio Vicini e da assistente social Yara Spadini, não significava um acontecimento incomum para a época. As operações de busca e detenção realizadas em áreas predeterminadas por grande número de policiais e militares foram frequentes durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (30

⁷¹ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.p.211

⁷²Ver a íntegra da nota no jornal O São Paulo, de 6 de fevereiro de 1971, p. 5. O semanário divulgou, na edição seguinte (dia 13, p. 7), a notícia sobre a repercussão da denúncia no Brasil e no exterior.

de outubro de 1969 a 15 de março de 1974). Essas táticas de blitz, como observa Maria Helena Alves, resultaram em “detenções em massa, espancamentos e intimidação generalizada”⁷³.

Como parte do arsenal de instrumentos de repressão policial-militar, não pode esquecer-nos da prática sistemática de tortura, usualmente aplicada como método de interrogatório. Maria Helena Alves chama atenção para o fato de que, essa violência institucionalizada, teria funcionado também como uma espécie de “método de controle político da população em geral”. Isso significava, segundo suas palavras, que o “uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade, cria um ‘efeito demonstrativo’ capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política”⁷⁴.

A literatura revela que, esse contexto político fez a Igreja católica, tornar-se uma das poucas instituições a conseguir dialogar com as autoridades militares e, principalmente, a pretender tomar posições públicas contra a cultura do medo, ou seja, contra as prisões injustificadas, os casos de tortura, desaparecimento e morte de presos políticos, o rígido controle sobre as entidades sindicais e a censura prévia imposta aos meios de informação e de cultura.

3-8 Origem e desenvolvimento de três Pastorais Sociais.

O objetivo desses é historiar três ações pastorais que foram desenvolvidas na Arquidiocese de São Paulo; por iniciativa ou por incentivo de d. Paulo Evaristo Arns, (considerando o período de 1970 a 1990). Decidimos pesquisar essas experiências em virtude da grande repercussão de suas atividades dentro e fora de São Paulo, levando a um reconhecimento da CNBB, que passará a integrá-las no conjunto de ações pastoral social proposto para todas as dioceses do país. Mas, o que seria uma Pastoral Social.

Entendemos que se trata de um serviço oficialmente instituído pelas dioceses; com o objetivo específico, de contribuir na busca de soluções para problemas vivenciados por pessoas social e economicamente marginalizadas. O desenvolvimento desse serviço específico geralmente ocorre graças à participação ativa de um número

⁷³Informações sobre o governo do presidente Médici foram extraídas de SKIDMORE, op. cit., capítulo V; e de ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964- 1984)*. Tradução Clóvis Marques. 2ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984, p. 161.

⁷⁴ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução Clóvis Marques. 2ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984. P.209 E 212

expressivo de voluntários, em sua maioria católica. As considerações da CNBB sobre o objetivo e a missão das Pastorais Sociais, podem ser encontradas no livro “A missão da Pastoral Social”. A afirmação da entidade é de que:

[...] as Pastorais Sociais têm como objetivo ser presença de serviço na sociedade, desenvolvendo ali atividades concretas que viabilizem a transformação de situações específicas [...] ⁷⁵

A missão das Pastorais Sociais passa [...] pelo percurso da organização dos excluídos, pelas mobilizações sociais até o comprometimento político ⁷⁶.

Das pastorais sociais existentes na Arquidiocese de São Paulo durante o período de gestão de D. Paulo delimitado em nosso estudo, levantamos informações, sobre a Pastoral Carcerária, a Pastoral da Moradia e a Pastoral Operária.

3-9 A divisão da Arquidiocese de São Paulo.

Em 1989, D. Paulo, seria surpreendido pela aprovação do papa João Paulo II (cujo pontificado estendeu-se de 16 de outubro de 1978 a 2 de abril de 2005) para a divisão definitiva da circunscrição da Arquidiocese de São Paulo.

No dia 15 de março daquele ano, a Santa Sé tornaria pública, através da Rádio Vaticano. A decisão do desmembramento do território arquidiocesano de quatro regiões. Eles seriam transformados nas novas dioceses de Campo Limpo, Osasco, Santo Amaro e São Miguel Paulista. No mesmo dia, D. Paulo, também divulgaria o fato, à população de São Paulo por meio de nota enviada à imprensa ⁷⁷.

O acontecimento, contrariava as expectativas de dom Paulo de uma resposta favorável da Santa Sé a um projeto acalentado desde o início de seu arcebispado: a divisão do território da Arquidiocese de São Paulo em “dioceses interdependentes”.

Mas, em que consistiria essa proposta? Podemos dizer, resumidamente, que ele intencionava transformar as regiões que formavam a Arquidiocese de São Paulo, em

⁷⁵CNBB. *A missão da Pastoral Social*. Brasília, Edições CNBB, 2008, p. 40.

⁷⁶CNBB. *A missão da Pastoral Social*. Brasília, Edições CNBB, 2008, p. 36.

⁷⁷Pelo teor da nota, podemos inferir que d. Paulo Evaristo Arns não apenas teve como objetivo divulgar como ficaria o território da Arquidiocese de São Paulo depois de seu desmembramento, mas sobretudo mostrar que as atitudes da Santa Sé teriam sido contraditórias. Ver reprodução da nota em SYDOW e FERRI, op. cit., p. 342; e PEGORARO, José. Um só povo, muitos pastores? A divisão da Arquidiocese de São Paulo. In RIBEIRO, Helcion (coord.). Paulo Evaristo Arns: Cardeal da esperança e pastor da Igreja de São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 35 – 43.

dioceses, que seriam dirigidas por bispos auxiliares que estariam sob sua coordenação. Além disso, haveria uma administração compartilhada de recursos humanos e materiais, como também um planejamento pastoral comum.

Pelo exposto na correspondência, podemos inferir que havia certa expectativa de que o novo Código de Direito Canônico, que estava sendo elaborado (e seria promulgado em 1983); poderia tornar juridicamente possível essa forma de reorganização das dioceses. A proposta de Dom Paulo, não tinha amparo legal nas normas eclesiásticas vigentes na época⁷⁸.

3-10 Em favor da Teologia de Libertação

Dom Paulo, afirma que a opção preferencial pelos pobres é consequência direta deste modo de fazer teologia na América Latina, e que ela não só determinou os objetivos gerais da CNBB, como norteou as atividades pastorais da Igreja no Brasil. Foi a TdL nas Comunidades de Base que preparou os pobres para tomar a sua história na mão: “o amor que os pobres têm pela Bíblia e a forma como ela serve de referência em sua luta é consequência da Teologia da Libertação”⁷⁹. O estudioso dos Padres da Igreja não poupou esforços para defender os teólogos da libertação perseguidos pelo regime, e pior, dentro da própria Igreja. Dom Paulo, recorda o processo envolvendo Leonardo Boff, e sua condenação pelo então Cardeal Ratzinger:

“O cardeal Ratzinger, quando professor, aprovara a tese de Leonardo Boff. Era então considerado um dos teólogos mais avançados da Igreja. Logo depois, ao tornar-se prefeito da Congregação da Doutrina da Fé no Vaticano, o cardeal condenou a mesma tese e proibiu Leonardo Boff de escrever, assumindo uma posição extremamente conservadora. Ao perguntar-lhe como tal coisa era possível, ele me respondeu: ‘o julgamento depende do lugar em que estamos’”⁸⁰.

⁷⁸O atual Código de Direito Canônico (1983) estabelece que a competência de governar uma diocese é de um bispo diocesano. Cf.. Código de Direito Canônico, cânon 391, parágrafo 1, apud LORO, Tarcísio Justino. Espaço e poder na Igreja: A divisão da Arquidiocese de São Paulo. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, p.2

⁷⁹ARNS, Dom Paulo Evaristo (2001). *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*, Rio de Janeiro, Sextante.p.237.

⁸⁰ARNS, Dom Paulo Evaristo (2001). *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*, Rio de Janeiro, Sextante.p.253.

A receptividade do Cardeal, no movimento operário, igualmente perseguido, como o estudantil pela polícia política da ditadura. Nos anos de chumbo a classe operária literalmente comeu o pão que o diabo amassou: arrocho salarial e repressão, foram duas faces da mesma moeda que a atingiu. Sobre a preocupação, com o destino da classe operária, afirma que seria oportunismo, se a presença da Igreja nos meios operários tivesse unicamente a finalidade de fazer frente à atuação dos comunistas. A Igreja, deve voltar-se para a classe operária, encontrar os mais sacrificados, pelo modelo econômico, sobretudo os que não têm profissão⁸¹.

3-11 A pessoa de Dom Paulo Evaristo Arns

“Há homens que lutam um dia, e são bons; há outros que lutam um ano, e são melhores; há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons. Porém há os que lutam toda a vida, esses são os imprescindíveis.” (Bertolt Brecht)

Dom Paulo Evaristo Arns foi um daqueles imprescindíveis a que se referiu Brecht. Neste Brasil de ganância exacerbada e competição insana que o capitalismo globalizado engendrou, é fundamental, até para servir de antídoto, respeitarmos e exaltamos exemplos como o que ele deixou.

Para a Igreja, falar de política não é enfrentar tema profano, de outra esfera, nem é exercer sua missão divina. Entre os poderes que o Cristo lhe atribuiu, essenciais ao cumprimento do seu mandato, está a missão profética de denunciar o injusto e anunciar a justiça.

Muitos programas pioneiros, na linha da inserção social, foram introduzidos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), entre novembro/1970 e maio/1998, período em que, como arcebispo metropolitano de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns foi Grão Chanceler da instituição. Logo que se tornou o principal responsável pelos rumos dessa universidade, Dom Paulo Evaristo Arns fez primeira visita ao Conselho da PUC. E disse: “Não quero uma escola de 2º grau melhorada.

⁸¹ ARNS, Dom Paulo Evaristo (1978). *Em defesa dos direitos humanos: encontro com o repórter*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.p.159.

O que me interessa é que vocês façam uma pós que dê bons professores para todos os lugares do Brasil; e que todas as teses e tudo o que vocês discutirem além da escola se refira ao povo e ajude o povo. Que isso seja a norma daqui para frente”⁸².

Desde sempre, a Palavra de Deus, acolhida pela fé, tem inspirado a história dos homens, urgindo-os a buscar na terra a construção do Reino, de uma sociedade fraterna. Vamos lançando sementes de um mundo mais justo toda vez que vencemos a desigualdade e nos damos as mãos na comunhão concreta de todos os bens, desde os meios de produzi-los até os frutos de nosso trabalho. Apresentação de Paulo Evaristo, Cardeal Arns: 1981⁸³.

O principal, no entanto, é que suas gestões junto às autoridades salvaram a vida e evitaram a tortura de resistentes, no pior momento da ditadura.

Conclusão do capítulo.

Quando ocorreu o golpe de 1964, as autoridades mais influentes dentro da Igreja católica, no Brasil no caso específico em São Paulo, apoiaram a intervenção militar na política acreditando que o governo do presidente deposto, João Goulart, fosse uma séria ameaça à ordem social vigente devido a suas inclinações supostamente esquerdistas e revolucionárias.

Porém, à medida que a Igreja ampliava sua inserção junto a outros segmentos sociais, principalmente as classes populares, os seus membros, também se transformaram em alvos da repressão policial. Pouco a pouco, as autoridades mais influentes dentro da Igreja passaram a assumir uma postura mais crítica com relação aos governos militares, opondo-se veementemente à tortura e à violência repressiva. Por outro lado, ao opor-se de modo cada vez mais firme contra a ditadura, a Igreja atraiu diferentes grupos e setores sociais que também estavam sendo vítimas da repressão policial.

⁸²DOM PAULO EVARISTO ARNS, *O PASTOR DE QUE SEU REBANHO CARECIA NUM TEMPO DE LOBOS: IMPRESCINDÍVEL!* <<https://naufraigo-da-utopia.blogspot.com.br/2016/12/dom-paulo-evaristo-arns-o-bravo-pastor.html>> Acesso em 07 de maio de 2018, 19:00hs

⁸³COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE S. PAULO.
<https://books.google.com.br/books?id=MWokBskZjOIC&pg=PA119&lpg=PA119&dq=COMISS%C3%83O+ARQUIDIOCESANA+DE+PASTORAL+DOS+DIREITOS+HUMANOS+E+MARGINALIZADOS+DE+S.+PAULO&source=bl&ots=ZyyiytuB6O&sig=GnlGvcHUaX9rt_XIL24MGxYeR8M&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwirr4GSoJ_bAhUES5AKHcxKCs0Q6AEIMTAC#v=onepage&q=COMISS%C3%83O%20ARQUIDIOCESANA%20DE%20PASTORAL%20DOS%20DIREITOS%20HUMANOS%20E%20MARGINALIZADOS%20DE%20S.%20PAULO&f=false> Acesso em 07 de maio de 2018, 19:30hs

Dentro da Igreja, algumas das mais importantes e influentes autoridades eclesiais se destacaram publicamente em razão do empenho com que abraçaram a causa em defesa dos direitos humanos. Destacamos o cardeal arcebispo de São Paulo dom Paulo Evaristo Arns. Por sua iniciativa surgiu, em 1972, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo (CJP-SP) e, nos anos de violenta repressão, as vítimas de violações dos direitos humanos recorriam com frequência à sede da Igreja de São Paulo à procura de sua ajuda e de seu auxílio.

CONCLUSÃO FINAL.

Verifica-se que a Igreja Católica brasileira, no caso específico a Paulistana, relacionou-se diretamente com mudanças ocorridas na Igreja Católica latino-americana, e evidencia-se que houve uma consonância na alteração de postura frente às questões políticas, às questões sociais, ao Vaticano, e ao Mundo a partir da década de 1960. Ainda, de uma forma peculiar e totalmente nova, os documentos eclesiais latino-americanos e os locais editados pela CNBB, desde o Concílio Vaticano II e posteriormente as Conferências Episcopais de Medellín, passaram a ter em seu bojo um crédito inédito, que antes era conferido somente aos documentos pontifícios.

Tudo isso, foi o que nos permitiu avançar a hipótese, de que estamos diante de uma Patrística bem nossa, que, precisamente, por essa razão, reveste-se certamente de grande importância para que se realize uma adequada expressão e vivência da fé e da Igreja, no continente latino americano.

Como a Igreja Paulistana exerceu sua função profética, denun-ciando a opressão e as mazelas políticas, sociais e econômicas, causadas pela Ditadura, não foram evidenciadas nos discursos, marcas que representassem o medo da violência, característica da época. Esse aspecto do contexto latino-americano na Igreja paulistana, em conjunto com a Teologia da Libertação, a atuação das CEB's, dos 98 movimentos leigos e dos operários permitiu o subsídio para as posturas dos clérigos contra as ações militares da ditadura.

REFERÊNCIAS.

LIVROS

ALBERIGO, G. (coord.) *História do Concílio Vaticano II*, V. I, Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução Clóvis Marques. 2ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (1978). *Em defesa dos direitos humanos: encontro com o repórter*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Projeto Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (2001). *Da esperança à utopia: testemunho de uma vida*, Rio de Janeiro, Sextante.

BEOZZO, J. O. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes. 1996.

BEOZZO, José Oscar (Coord.). *História geral da Igreja na América Latina: História da Igreja no Brasil*. V. 2,2: Segunda Época – Século XIX. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

CAMARGO, C. P. F. de. *Igreja e Desenvolvimento*. São Paulo: Cebrap, 1971.

CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à Justiça: Juizados Especiais Cíveis e Ação Civil Pública*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CNBB. *A missão da Pastoral Social*. Brasília, Edições CNBB, 2008.

FON, Antonio Carlos. Tortura. *A história da repressão política no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Global, 1979

GOUVÊA, Maria das Graças. *Educação Popular junto aos movimentos sociais: o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP Campo Limpo/Zona Sul*. SP: PUC Tese de Doutorado, 1997.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985*: coordenação Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado - São Paulo: Atual, 1998.- (Discutindo a História do Brasil).

SOUZA, Ney de. *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004*, Paulinas: São Paulo, 2004.

VIEIRA, José Carlos. *Democracia e Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2005.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, Johan. *Martelo das Feiticeiras*. 16 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2002.

SITES

Arquidiocese de São Paulo.

Disponível: <<http://www.arquisp.org.br/historia/da-arquidiocese>>. Acesso em 18 de Janeiro de 2018, 20: 20hs.

Bíblia Católica.

Disponível: <<http://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/sao-joao/10/>> Acesso em 18 de Janeiro de 2018, 20: 19hs.

Cardeal Dom Paulo Há 50 anos, testemunha da esperança.

Disponível: <http://ujucasp.org.br/imprensa/noticias_publicadas/cardeal-dom-paulo.pdf> Acesso em 05 de maio de 2018, 12:00hs

Código de Direito Canônico.

Disponível: <http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf> Acesso em 01 de maio de 2018, 19:30hs.

COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DE S. PAULO.

Disponível: <https://books.google.com.br/books?id=MWokBskZjOIC&pg=PA119&lpg=PA119&dq=COMISS%C3%83O+ARQUIDIOCESANA+DE+PASTORAL+DOS+DI+REITOS+HUMANOS+E+MARGINALIZADOS+DE+S.+PAULO&source=bl&ots=ZyiytyB6O&sig=GnlGvcHUaX9rt_XIL24MGxYeR8M&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKE>

wirr4GSoJ_bAhUES5AKHcxKCs0Q6AEIMTAC#v=onepage&q=COMISS%C3%83O%20ARQUIDIOCESANA%20DE%20PASTORAL%20DOS%20DIREITOS%20HUMANOS%20E%20MARGINALIZADOS%20DE%20S.%20PAULO&f=false> Acesso em 07 de maio de 2018,19:30hs

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL(CNBB)

Disponível:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>> Acesso em 01 de maio de 2018,19:30hs.

DOM PAULO EVARISTO ARNS, O PASTOR DE QUE SEU REBANHO CARECIA NUM TEMPO DE LOBOS: IMPRESCINDÍVEL!

Disponível:<<https://naufraigo-da-utopia.blogspot.com.br/2016/12/dom-paulo-evaristo-arns-o-bravo-pastor.html>> Acesso em 07 de maio de 2018,19:00hs.

Dom Paulo Evaristo Arns.

Disponível: <<http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/arcebispos/cardeal-dom-frei-paulo-evaristo-arns-ofm>> Acesso em 05 de maio de 2018,09:00hs.

Documento Oficial da Policia Federal.

Disponível:<<https://drive.google.com/file/d/0B6Pqpp2lC3esWUhmRUt0czNNNTdVSUlaWlpnR2M4QmJJaFdN/view>> Acesso em 24 de março de 2018,19:30hs.

Entrevista com D. Paulo Evaristo Arns.

Disponível:<<https://palavrastodaspalavras.wordpress.com/2008/04/16/1964-entrevista-com-dom-paulo-evaristo-arns-efeitos-ainda-persistem/>> Acesso em 05 de maio de 2018,10:00hs.

Fundação da Cidade de São Paulo.

Disponível:<<https://historiadesaopaulo.wordpress.com/fundacao-da-cidade-de-sao-paulo/>> Acesso em 06 de Janeiro de 2018,18:30hs

Escravidismo no Brasil: A resistência de africanos e descendentes-

Disponível:<<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/escravismo-no-brasil-a-resistencia-de-africanos-e-descendentes.htm->> Acesso em 24 de Março de 2018,19:00hs.

Invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1977.

Disponível:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Invas%C3%A3o_da_Pontif%C3%ADcia_Un

iversidade_Cat%C3%B3lica_de_S%C3%A3o_Paulo_em_1977 /> Acesso em 04 de abril de 2018,16:00hs.

Lista de pastorais da Igreja Católica no Brasil.

Disponível:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pastorais_da_Igreja_Cat%C3%B3lica_no_Brasil> Acesso em 18 de Janeiro de 2018,20: 20hs

Para não dizer que não falei das dores.

Disponível:<<https://www.folhadelondrina.com.br/opinioao/para-nao-dizer-que-nao-falei-das-dores-305344.html>,>Acesso em 30 de Março de 2018,19:00hs.

Pastoral coletiva de 1890.

Disponível: <<https://www.slideshare.net/VanildoZugno/pastoral-coletiva-de-1890>>.Acesso em 05 de Janeiro de 2018,19:hs.

Separação entre a Igreja e o Estado.

Disponível:<<Http://www.a12.com/redacaoa12/historia-da-igreja/33-paginas-de-historia-da-igreja>>. Acesso em 05 de Janeiro de 2018,19:30hs.

ROSSI, AGNELO.

Disponível: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rossi-agnelo>> Acesso em 01 de maio de 2018,21:00hs.

SPENGLER, Fabiana Marion; BEDIN, Gabriel de Lima. O Direito de Acesso à Justiça como o mais Básico dos Direitos Humanos no Constitucionalismo Brasileiro: Aspectos Históricos e Teóricos. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 13, n. 13, p.145.

Disponível:<<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/44>>.